

XXII CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS

PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO

PROVA PREAMBULAR

1ª QUESTÃO: - Assinale a seqüência **correta** da classificação das palavras destacadas no fragmento do texto a seguir de Carlos Drummond de Andrade:

"Lá longe meu pai campeava
No mato **sem fim** da fazenda.
E eu não sabia que **minha** história
Era mais bonita que a de Robinson Crusóé."

(Livro: *Alguma Poesia*)

- A) advérbio – preposição – substantivo – pronome adjetivo;
- B) advérbio – preposição – adjetivo – pronome substantivo;
- C) advérbio – adjetivo – adjetivo – pronome substantivo;
- D) advérbio – adjetivo – substantivo – pronome adjetivo.

2ª QUESTÃO: - Assinale a opção **INCORRETA** quanto ao emprego do pronome relativo:

- A) O concurso, cujo edital saiu publicado hoje, prevê vagas apenas para nível superior.
- B) Estudei a doutrina da qual você me falou.
- C) É um livro cujo conteúdo se pode confiar.
- D) Os candidatos assistiram a um vídeo de que não gostaram.

3ª QUESTÃO: - "Nós recebemos ontem o resultado". Com o pronome oblíquo no lugar do vocábulo resultado, teríamos:

- A) "Nós recebemos-lhe ontem."
- B) "Nós recebemos-lo ontem."
- C) "Nós recebemo-lhe ontem."
- D) "Nós recebemo-lo ontem."

4ª QUESTÃO: - Ao reescrever, na voz ativa, a oração "A água do esgoto é lançada no rio que atravessa a cidade", obtém-se:

- A) "Lançam-se a água do esgoto no rio que atravessa a cidade."
- B) "O esgoto lança a sua água no rio que atravessa a cidade."
- C) "Lançam a água do esgoto no rio que atravessa a cidade."
- D) "Lançaram-se a água do esgoto no rio que atravessa a cidade."

5ª QUESTÃO: - Dadas as afirmativas:

1. Verei-te no intervalo da palestra.
2. Havia dez minutos de paralisação.
3. Não existiriam alguns interessados para o cargo.
4. Apesar do palestrante ter falado pouco tempo, todos o aplaudiram.

Pode-se afirmar que:

- A) somente dois itens estão corretos;
- B) somente um item está correto;
- C) todos os itens estão errados;
- D) todos os itens estão corretos.

6ª QUESTÃO: - Das frases abaixo:

1. Afirmam-se que os problemas estão solucionados.
2. A Polícia afirmou que seria temerário, em razão do mau tempo, a remoção do preso para outro Estado.
3. Os projetos desenvolvidos pela equipe de tecnologia custaram caros.
4. Encontrou soluções as mais fáceis possível.

- A) somente um item está correto;
- B) somente dois itens estão corretos;
- C) todos os itens estão corretos;
- D) todos os itens estão errados.

7ª QUESTÃO: - Quanto à regência dos verbos:

1. Aquele modelo de ofício desobedece o padrão oficial.
2. Lembraram-me os acontecimentos daquele ano.
3. Lembre-se que essa fase foi muito dura mas gratificante.
4. Aspiro comprar uma bela casa no próximo ano.

- A) apenas um item está correto;
- B) apenas dois itens estão corretos;
- C) somente um item está errado;
- D) todos os itens estão errados.

8ª QUESTÃO: - No que se refere ao emprego da crase:

1. O rapaz aspirava aquilo que fosse vantajoso para o seu futuro.
2. Às pressas, o rapaz pediu socorro ao servidor.
3. Eles não assistem à programa de televisão, pois precisam estudar.
4. Preferia a música a filosofia.

- A) somente um item está errado;
- B) somente dois itens estão errados;
- C) todos os itens estão errados;
- D) nenhuma das alternativas anteriores.

9ª QUESTÃO: - De acordo com o uso da vírgula:

1. A temperatura foi bastante alta no mês de novembro, e as chuvas foram constantes em todo o Estado.
2. A temperatura foi bastante alta no mês de novembro e as chuvas foram constantes em todo o Estado.
3. Os passageiros tensos esperavam a hora do voo.
4. Os passageiros, tensos, esperavam a hora do voo.

- A) somente um item está correto;
- B) somente um item está errado;
- C) somente dois itens estão corretos;

D) nenhuma das alternativas anteriores.

10ª QUESTÃO: - Assinale a opção **INCORRETA** quanto à flexão verbal:

- A) Os refugiados provêm da capital.
- B) Tu foste o único a chegar no horário determinado.
- C) Sê determinado, para que tu sejas vencedor.
- D) O importante é que todos interviram na questão há tempo.

11ª QUESTÃO: - Sobre a competência tributária municipal é **CORRETO** afirmar que:

- A) A Constituição Federal outorgou competência para instituição de taxa para manter o serviço de iluminação pública;
- B) O serviço de iluminação pública poderá ser custeado por meio da arrecadação de contribuição instituída e cobrada pelos Municípios;
- C) A cobrança do tributo instituído para custear a iluminação pública não poderá ser efetuada por meio de lançamento em fatura de consumo de energia elétrica;
- D) Os Municípios não têm competência tributária para instituição de tributo para custear o serviço de iluminação pública.

12ª QUESTÃO: - Considerando que a forma de utilização da propriedade é elemento integrante da Política Urbana, é **CORRETO** afirmar que:

- A) Não poderá ocorrer a desapropriação de imóvel urbano com pagamento por meio de títulos da dívida pública;
- B) Poderá ser exigido de proprietário de solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena de parcelamento ou edificação compulsórios;
- C) O valor venal do imóvel, para efeito de cálculo do IPTU, não será utilizado quando da avaliação para efeito de desapropriação;
- D) O Plano Diretor Municipal constitui principal elemento de regulação da Política Urbana, e será aprovado por ato do Poder Executivo.

13ª QUESTÃO: - No tocante à Repartição de Receitas Tributárias disposta no art. 159, I da Constituição Federal, que regula a partilha do produto da arrecadação do imposto sobre

renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados, está **CORRETO** dizer que:

- A) A União entregará diretamente aos Estados e ao Distrito Federal suas respectivas quotas;
- B) A quota pertencente aos Municípios será entregue pela União ao Fundo de Participação dos Estados, que repassarão aos respectivos Municípios;
- C) A União entregará vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Municípios;
- D) Não será partilhado o produto da arrecadação do imposto sobre produtos industrializados.

14ª QUESTÃO: - Se jurisdição significa "dizer o direito" (*jus dicere*), pode ser afirmado que:

- A) No sistema constitucional brasileiro, apenas o Poder Judiciário tem competência para "processar" e "julgar";
- B) Ao Tribunal de Contas da União é atribuída a competência constitucional de julgar as contas do chefe do Poder Executivo Federal;
- C) O sistema constitucional brasileiro outorga ao Poder Judiciário, ao Senado Federal e ao Tribunal de Contas da União a atribuição de "julgar" temas de suas respectivas competências;
- D) Apenas o Poder Judiciário e o Congresso Nacional têm competência para julgar no âmbito de suas competências.

15ª QUESTÃO: - No âmbito dos direitos políticos resguardados pela Constituição Federal são considerados inelegíveis:

- A) O militar com menos de dez anos de serviço, afastado de suas funções;
- B) Os nascidos no estrangeiro, filhos de pai ou mãe brasileiros que estejam a serviço da República Federativa do Brasil, para os cargos privativos aos brasileiros natos;
- C) Os alfabetizados que não tenham concluído o nível fundamental de ensino;
- D) O cônjuge e os parentes consangüíneos e afins, até o segundo grau ou por adoção, do Prefeito, no território do Município, quando da realização de pleito municipal.

16ª QUESTÃO: - A Emenda Constitucional nº. 42, que também alterou o art. 153 do Sistema Tributário Constitucional, possibilitou, no inc. III do § 4º do mesmo artigo, que os Municípios façam a opção por fiscalizar e cobrar o imposto de competência da União incidente sobre a propriedade territorial rural. Sobre o assunto, é **INCORRETO** dizer que:

- A) Ainda que os Municípios façam a opção referida, a competência tributária da União sobre o ITR mantém-se integralmente, não sendo transferida para a esfera municipal;
- B) Da opção feita pelos Municípios não poderá ocorrer a redução do imposto ou qualquer outra forma de renúncia fiscal;
- C) Considerando que o art. 158, II da Constituição Federal estabelece que, na hipótese da opção assinalada no inc. III do § 4º do art. 153, o produto da arrecadação pertencerá integralmente ao Município, a competência tributária do ITR passará para a esfera municipal;
- D) O imposto, ainda que arrecadado pelo Município, continuará sendo progressivo e com alíquota fixada para desestimular a manutenção da propriedade improdutiva.

17ª QUESTÃO: - Na fixação do subsídio dos agentes políticos municipais deverá ser observado, dentre outros, o seguinte preceito:

- A) A fixação dos subsídios dos Vereadores, por lei de iniciativa do Prefeito Municipal, de uma legislatura para a subsequente;
- B) A fixação dos subsídios do Prefeito Municipal, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais, por lei de iniciativa da Câmara Municipal, observado o teto remuneratório estabelecido no art. 37, XI da Constituição Federal;
- C) A fixação dos subsídios do Prefeito Municipal, do Vice-Prefeito, dos Secretários Municipais e dos Vereadores, por lei de iniciativa da Câmara Municipal, promulgada ao final de uma legislatura para a subsequente;
- D) Observação do princípio da anterioridade na fixação de subsídio dos agentes políticos municipais, fixando os valores num exercício para vigência no subsequente.

18ª QUESTÃO: - No âmbito da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária é **CORRETO** dizer, sobre os imóveis que forem desapropriados para fins de reforma agrária, que:

- A) Todas as operações com imóveis desapropriados estarão protegidas, pela imunidade constitucional, da incidência de tributos;

- B) São isentas de impostos as operações de transferência dos imóveis desapropriados para fins de reforma agrária;
- C) As operações de transferências dos imóveis desapropriados estarão isentas apenas dos impostos federais incidentes;
- D) A desapropriação não gera imunidade nem isenção tributária sobre os imóveis desapropriados para fins de reforma agrária.

19ª QUESTÃO: - Assinale a alternativa **INCORRETA**:

As limitações constitucionais ao poder de tributar impõem que:

- A) Estados e Municípios não exijam impostos um do outro;
- B) União, Estados, Distrito Federal e Municípios não exijam tributos uns dos outros;
- C) Os Municípios não cobrem imposto sobre a propriedade predial e territorial dos imóveis pertencentes à União e ao Estado;
- D) Seja observada a imunidade recíproca entre União, Estados e Municípios, impedindo que sejam exigidos impostos uns dos outros.

20ª QUESTÃO: - Considerando a forma de Organização Político-Administrativa da República Federativa do Brasil, assinale a alternativa **CORRETA**:

- A) Apenas a União, os Estados e o Distrito Federal gozam de autonomia;
- B) Os Municípios são organizações políticas vinculadas aos respectivos Estados, sendo regulados por Lei Orgânica promulgada pela Assembléia Legislativa;
- C) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios são autônomos e integrantes da organização político-administrativa da República Federativa do Brasil;
- D) Os Estados somente poderão incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros mediante aprovação do Senado Federal.

21ª QUESTÃO: - Nas disposições da Ordem Econômica e Financeira, a Constituição Federal estabelece, nos artigos 183 e 191, formas de aquisição de propriedade, no formato de usucapião especial urbano e rural. Sobre tal matéria, **não** se pode afirmar que:

- A) Para que ocorra o usucapião da área rural, é necessário que o possuidor torne a propriedade produtiva por seu trabalho;

- B) No caso do detentor de imóvel urbano com área de até duzentos e cinquenta metros quadrados, que o possuir como seu por cinco anos ininterruptos e sem oposição, somente ocorrerá a prescrição aquisitiva acaso não possua outro imóvel urbano ou rural;
- C) Os imóveis públicos urbanos ou rurais somente serão adquiridos por usucapião nos casos especificados em lei estadual;
- D) O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil.

22ª QUESTÃO: - Constitui garantia constitucional, inserida no art. 170 da CF, que a ordem econômica seja fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, observando-se, entre outros, aos princípios da propriedade privada e da livre concorrência. Contudo, pode-se afirmar que:

- A) O Estado poderá realizar a exploração de atividades econômicas livremente, independente do interesse público, regendo-se, neste caso, pelas normas de direito privado;
- B) Empresas públicas e sociedades de economia mista gozarão de privilégios fiscais editados especificamente para o setor público;
- C) Na exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais, os Estados, Distrito Federal e os Municípios poderão optar entre participação no resultado da exploração ou compensação financeira por essa exploração;
- D) O Estado, bem como suas autarquias, não poderá exercer a exploração de atividades econômicas.

23ª QUESTÃO: - Em matéria de benefícios fiscais, **não** se pode afirmar que:

- A) A concessão de subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas ou contribuições, só poderá ser concedido mediante lei específica;
- B) A lei que conceder benefícios fiscais que implique em redução no valor do pagamento de imposto, poderá ter vigência no próprio exercício em que for editada;
- C) As isenções do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias serão concedidas ou revogadas nos termos de convênios celebrados e ratificados pelos Estados;

D) É facultada à União a possibilidade de concessão de isenções sobre tributos Estaduais e Municipais, as chamadas isenções heterônomas, nos casos especificados em lei e, exclusivamente, no interesse da segurança nacional.

24ª QUESTÃO: - Considerando que, segundo o art. 157, I e 158, I da CF, pertencem aos Estados e Municípios o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem, é certo dizer que:

A) Por força de tal repartição de receitas, os Estados e Municípios dividem com a União a competência tributária para instituição do imposto previsto no art. 153, III da CF (imposto de renda);

B) Efetuada a retenção pelo Estado ou Município na fonte, do imposto devido sobre rendimentos pagos, a qualquer título, deverão ser remetidos os valores retidos para União, que os devolverá por meio do Fundo de Participação dos Estados e dos Municípios previsto no art. 159 da CF;

C) A parcela da arrecadação do imposto de renda e proventos de qualquer natureza pertencente aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios na forma dos artigos 157, I e 158, I, será excluída do montante a ser entregue pela União aos Fundos de Participação de Estados e Municípios, constituídos por parte do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados por ela arrecadados;

D) As alíquotas do imposto previsto no art. 153, III, no caso da retenção do art. 157, I e 158, I, todos da CF, serão definidas por lei estadual ou municipal.

25ª QUESTÃO: - Compete aos Estados instituir imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação. Neste sentido, **não** é correto afirmar sobre o ICMS que:

A) Nas operações interestaduais, entre contribuintes, com gás natural e seus derivados, e lubrificantes e combustíveis, o imposto será repartido entre os Estados de origem e de destino, mantendo-se a mesma proporcionalidade que ocorre nas operações com as demais mercadorias;

- B) Nas operações interestaduais com gás natural e seus derivados, e lubrificantes e combustíveis, destinadas a não contribuinte, o imposto caberá ao Estado de origem;
- C) O imposto incidirá também sobre a entrada de bem ou mercadoria importados do exterior por pessoa física ou jurídica, ainda que não seja contribuinte habitual do imposto, qualquer que seja a sua finalidade, assim como sobre o serviço prestado no exterior, cabendo o imposto ao Estado onde estiver situado o domicílio ou o estabelecimento do destinatário da mercadoria, bem ou serviço;
- D) Somente incidirá nos serviços de transporte intermunicipal nos casos em que os respectivos Municípios não tributarem a mesma prestação pelo imposto sobre serviços de qualquer natureza, previsto no art. 156, III da CF.

26ª QUESTÃO: - Constitui regra constitucional a autonomia e independência dos entes da Federação, sendo, excepcionalmente, admitida a intervenção em casos específicos constantes do art. 34 e 35 da CF. Assim, poderá ocorrer a intervenção nos seguintes casos, **exceto:**

- A) Da União nos Estados que suspenderem o pagamento da dívida fundada por mais de dois anos consecutivos, salvo motivo de força maior, e que deixarem de entregar aos Municípios receitas tributárias fixadas na Constituição;
- B) Dos Estados em seus respectivos Municípios, quando não forem prestadas contas devidas, na forma da lei, e quando não tiver sido aplicado o mínimo exigido da receita municipal na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde;
- C) Da União nos Estados e Municípios que não observarem os limites de gastos com pessoal sobre o total da receita corrente líquida, estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal, lei complementar n. 101/00;
- D) Da União nos Estados e Municípios, e dos Estados nos seus Municípios, para prover a execução de lei, de ordem ou de decisão judicial.

27ª QUESTÃO: - Sobre o controle da constitucionalidade de lei ou ato normativo, **não** é correto afirmar que:

- A) Compete ao Supremo Tribunal Federal, processar e julgar, originariamente a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal;
- B) As normas municipais ou estaduais que contrariem a Constituição Estadual poderão sofrer controle concentrado da constitucionalidade no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado;
- C) O STF exerce o papel de legislador negativo, limitando-se a exclusão do ordenamento jurídico daqueles atos incompatíveis com a Constituição Federal;
- D) Em sede de ação civil pública poderá o juízo monocrático realizar o controle concentrado da constitucionalidade de lei ou ato normativo municipal.

28ª QUESTÃO: – A estabilidade do servidor público constitui direito assegurado na Constituição Federal, sendo estendida àquele que for investido no respectivo cargo público através de concurso público. Dessa forma, é **CORRETO** afirmar que:

- A) A estabilidade é adquirida depois de decorridos mais de cinco anos de efetivo exercício do cargo;
- B) Ocorrendo a extinção do cargo ou declarada sua desnecessidade, o servidor estável será colocado em disponibilidade, com remuneração integral, até seu aproveitamento em outro cargo;
- C) O servidor estável poderá perder o cargo por insuficiência de desempenho, apurada na forma da lei e garantido o contraditório e a ampla defesa;
- D) A única hipótese do servidor estável perder o cargo ocorre em virtude de sentença judicial transitada em julgado.

29ª QUESTÃO: – Para custear despesas com determinada obra pública da qual decorrerá valorização imobiliária no perímetro de sua realização, o Município:

- A) Elevará a alíquota do IPTU dos imóveis beneficiados pela obra pública, em valor limitado ao do percentual de aumento do valor venal de cada imóvel;
- B) Poderá lançar contribuição de melhoria, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado;

- C) Custeará a obra com a arrecadação de taxa de asfalto, devida pela realização de serviço público, vinculada com a obra pública;
- D) Não poderá lançar tributo específico, devendo custear a referida despesa com a arrecadação geral advinda da receita de tributos não vinculados.

30ª QUESTÃO: - Ainda que a natureza jurídica específica do tributo seja determinada pelo fato gerador da respectiva obrigação, sendo irrelevantes para qualificá-la a destinação legal do produto da sua arrecadação, pode-se afirmar:

- A) Que o produto de arrecadação de taxas instituídas pela realização de serviços públicos será destinado, se possível, ao custeio do próprio serviço;
- B) A receita gerada pela contribuição previdenciária cobrada por Estados e Municípios será destinada ao custeio do regime de previdência respectivo, sendo o superávit financeiro destinado ao pagamento de dívidas com a União;
- C) Do produto da arrecadação do IPTU, imposto predial e territorial urbano, serão aplicados, necessariamente, 50% em projetos de expansão imobiliária e urbanização municipal;
- D) Por ser tributo com finalidade constitucional definida, o produto da arrecadação das contribuições previdenciárias deverá ser destinado para o custeio do respectivo regime de previdência.

31ª QUESTÃO: - Assinale a alternativa **CORRETA**:

- I – O erro do agente que recai sobre interpretações jurídicas equivocadas é denominado erro de subsunção e não tem qualquer relevância penal.
- II – A teoria da causalidade adequada foi aquela adotada pelo Código Penal Brasileiro quanto à relação de causalidade.
- III – É co-autor quem, à distância, ajusta a execução de um homicídio, fornecendo os recursos necessários para aquisição dos instrumentos para o cometimento do crime, mas não participa dos atos executórios.
- IV – É possível que se enquadre em tipos diversos quem cometa o falso no processo penal e aquele que prometa vantagem a quem cometeu o crime de falso, implicando em exceção pluralística à teoria unitária do concurso de agentes.

- A) Somente as assertivas II e IV estão corretas.
- B) Somente as assertivas I, II e III estão corretas.
- C) Somente as assertivas I, III e IV estão corretas.
- D) Todas as assertivas estão corretas.

32ª QUESTÃO: - Assinale a alternativa **CORRETA**:

I - Em sintonia com o princípio da exclusiva tutela de bens jurídicos, imanente ao Direito Penal do fato próprio do Estado democrático de direito, a tônica exegética passou a recair sobre a afetação do bem jurídico.

II – A participação por omissão somente é possível se o agente tivesse o dever jurídico de evitar o perigo.

III – O crime plurissubjetivo não demanda a aplicação da norma de extensão do artigo 29, do Código Penal.

IV – Basta à configuração da co-autoria a colaboração do agente para o evento, auxiliando a atuação dos executores diretos, não se exigindo hajam todos os partícipes consumado atos típicos de execução.

- A) Somente as assertivas II e III estão corretas.
- B) Somente as assertivas III e IV estão corretas.
- C) Somente as assertivas I, II e III estão corretas.
- D) Todas as assertivas estão corretas.

33ª QUESTÃO: - Assinale a alternativa **CORRETA**:

I – Tratando-se de crime de responsabilidade praticado por Prefeito Municipal, que a pena de inabilitação para o exercício de função pública é autônoma relativamente à pena privativa de liberdade porque possuem naturezas jurídicas diversas, portanto distintos os prazos prescricionais, cada uma prescrevendo a seu tempo.

II – A prescrição da pretensão punitiva é interrompida pela suspensão do processo penal por questão prejudicial.

III – A prescrição da pena de multa, em razão de ser ela transformada em dívida de valor, é regulada pela legislação relativa à dívida ativa da Fazenda Pública, inclusive no que concerne às causas interruptivas e suspensivas.

IV – A prescrição da pretensão punitiva projetada, geralmente realizada na fase extrajudicial, é fundada no princípio da economia processual, mas não é aceita pelo entendimento jurisprudencial dominante.

- A) Somente a assertiva III está correta.
- B) Somente as assertivas I e IV estão corretas.
- C) Somente as assertivas II e III estão corretas.
- D) Somente as assertivas I, II e IV estão corretas.

34ª QUESTÃO: - Assinale a alternativa **CORRETA**:

I – A causa específica de aumento de pena do furto noturno não incide sobre a forma qualificada do crime de furto.

II – Segundo o entendimento consolidado no Supremo Tribunal Federal, que não há bis in idem decorrente da condenação pelos crimes de quadrilha e furto qualificado pelo concurso de pessoas, em concurso material.

III – Se o agente utiliza qualquer meio para viciar a medição da energia elétrica, de forma que se registre menos energia do que a consumida, há o delito de furto.

IV – Não é possível confundir, para efeitos do furto privilegiado, o pequeno valor da res furtiva com o pequeno prejuízo sofrido pela vítima, pois este último somente é causa de diminuição de pena no crime de estelionato.

- A) Somente as assertivas III e IV estão corretas.
- B) Somente as assertivas I, II e III estão corretas.
- C) Somente as assertivas I, II e IV estão corretas.
- D) Todas as assertivas estão corretas.

35ª QUESTÃO: - Assinale a alternativa **CORRETA**:

I – No que respeita à fixação da pena privativa de liberdade (sic), o agente que pratica crime de roubo com resultado morte contra vítima menor de 14 anos, ciente o autor desta

circunstância, está sujeito, apenas, à condenação de 30 (trinta) anos de prisão, conforme o disposto no art. 157, § 3º (roubo qualificado com resultado morte), do Código Penal, combinado com o art. 9º (causa de aumento de pena), da Lei n.º 8.072/90 (Lei dos Crimes Hediondos).

II – Uma segunda mulher que participa de um crime de estupro, segurando a vítima, não pode ser acusada da prática do delito previsto no art. 213, do Código Penal, devendo responder pela violência física e outros tipos incidentais.

III – Os beijos voluptuosos, com longa e intensa descarga de libido, dados na boca de outrem, configuram, nos termos da lei, a prática de crime de atentado violento ao pudor.

IV – O agente praticante de “operação espiritual”, que causa lesão grave ao seu “paciente”, responde pelo crime de curandeirismo, previsto no art. 284, I, do Código Penal.

- A) Somente a assertiva I está correta.
- B) Somente as assertivas I e III estão corretas.
- C) Somente as assertivas II e IV estão corretas.
- D) Nenhuma das alternativas está correta.

36ª QUESTÃO: - Assinale a alternativa correta:

I – Segundo a jurisprudência dominante nos Tribunais Superiores, não se aplica o disposto no crime previsto no art. 334, 2ª parte (contrabando ou descaminho), do Código Penal, o agente que iludir o pagamento de imposto devido pela entrada de mercadoria, cujo tributo incidente for menor do que R\$ 100,00 (cem reais), independente do valor comercial da mercadoria no território nacional.

II – O “arquivamento” de inquérito policial, praticado por Delegado de Polícia, com o fim de beneficiar o indiciado, configura, em tese, o crime previsto no art. 319 (prevaricação), do Código Penal.

III – A exigência de pagamento de pagamento indevido, em razão da função, previsto no art. 316 (concussão), do Código Penal, para o dia seguinte, a rigor, implica na descaracterização do flagrante da prisão realizada quando do efetivo pagamento.

IV – O técnico em informática contratado por funcionário público para modificar o sistema de informação de determinado órgão público, sem saber que efetua o serviço com fins ilícitos, incide nas penas do art. 313-B (modificação não autorizada de sistema de informações), nos termos do art. 29, do Código Penal, na medida da sua culpabilidade.

- A) Somente a assertiva I está correta.
- B) Somente as assertivas II e III estão corretas.
- C) Somente as assertivas II e IV estão corretas.
- D) Nenhuma das alternativas anteriores está correta.

37ª QUESTÃO: - Aplicada na sentença pena privativa de liberdade, a prescrição intercorrente fica sustada com o recurso da acusação, ao menos provisoriamente, desde que:

- A) Não se objetive o aumento da pena privativa de liberdade.
- B) Sob qualquer fundamento, o aumento da pena privativa de liberdade venha a ser pedida no recurso.
- C) O recurso interposto insurja-se contra a concessão da liberdade provisória.
- D) Tenha ocorrido a substituição da pena privativa de liberdade por multa.

38ª QUESTÃO: - "A" e "B" querem subtrair para si a carteira de "C". Para consumarem seu intento, previamente ajustados e com divisão de tarefas, "A" segura a vítima "C", enquanto "B" a ameaça com arma de fogo. Em dado instante "B" dispara e vem a acertar seu comparsa, por erro de execução, o qual vem a falecer. A vítima foge sem ter sua carteira subtraída. "A" responderá por:

- A) Latrocínio consumado.
- B) Roubo qualificado consumado e homicídio consumado em concurso material.
- C) Tentativa de roubo qualificado e homicídio consumado em concurso formal.
- D) Tentativa de roubo qualificado e homicídio consumado em concurso material.

39ª QUESTÃO: - Motorista de veículo automotor, em razão de imprudência na direção do mesmo, causa lesão corporal culposa ou homicídio culposos e empreende fuga, deixando de

prestar socorro à vítima do acidente, quando lhe era possível fazê-lo sem risco a sua pessoa, responde por lesão corporal culposa ou homicídio culposo, crimes previstos:

- A) No Código de Trânsito Brasileiro, com pena majorada por causa de aumento de pena.
- B) No Código Penal, em concurso com a omissão de socorro prevista no Código de Trânsito Brasileiro.
- C) No Código de Trânsito Brasileiro, em concurso com a omissão de socorro prevista no Código Penal.
- D) No Código de Trânsito Brasileiro, ficando absorvida a omissão de socorro.

40ª QUESTÃO: - Um jurado é sorteado para compor o conselho de sentença. Após ser aceito pelo Ministério Público e pela defesa, encaminha-se para o plenário, oportunidade em que exige dos familiares do réu, que estão sentados ao seu lado na audiência, indevida vantagem em dinheiro para votar pela absolvição do acusado. Não logra sucesso na sua intenção, pois o fato é levado ao conhecimento do Juiz-Presidente e do Promotor de Justiça, que tomam as providências pertinentes. Referido jurado:

- A) Responde por tentativa de corrupção passiva, pois sua conduta chegou ao conhecimento das autoridades, impedindo a obtenção de vantagem indevida.
- B) Responde por extorsão, pois não é equiparado a funcionário público, em razão de não ter assumido a função, e atuou com a intenção de obter indevida vantagem econômica.
- C) Responde por concussão, pois é equiparado a funcionário público e o crime, por ser formal, se consumou.
- D) Não responde por qualquer crime, pois a conduta é atípica.

41ª QUESTÃO: - Sobre a extinção dos contratos, assinale a opção **CORRETA**:

- A) No caso de resolução por onerosidade excessiva, os efeitos da sentença que a decretar retroagirão à data da situação.
- B) A cláusula resolutiva tácita independe de interpelação judicial operando-se de pleno direito.
- C) A exceção do contrato não cumprido cabe tanto nos contratos bilaterais como nos unilaterais.
- D) A rescisão unilateral opera-se, em regra, mediante retenção da prestação pela parte que não mais deseja o contrato.

42ª QUESTÃO: - Assinale a alternativa **INCORRETA**:

Não podem ser tutores e serão exonerados da tutela caso a exerçam:

- A) Aqueles que não tiverem a livre administração de seus bens.
- B) Aqueles que exercerem a função pública incompatível com a boa administração da tutela.
- C) As pessoas de mau procedimento, com falha de probidade, e as culpadas em tutorias anteriores.
- D) Aqueles que não cumprirem os demais deveres que normalmente cabem aos pais.

43ª QUESTÃO: - Conforme prevê o art. 1.763, cessa a condição de tutelado:

- A) Ao expirar o termo em que era obrigado a servir.
- B) Ao sobrevir escusa legítima.
- C) Ao cair o menor sob o poder familiar no caso de reconhecimento ou adoção.
- D) Ao sobrevir escusa legítima e ao ser removido.

44ª QUESTÃO: - Assinale a alternativa **CORRETA**:

- A) O adotante há de ser pelo menos 18 anos mais velho que o adotado.
- B) O adotante há de ser pelo menos 21 anos mais velho que o adotado e possuir condições econômicas para criá-lo.
- C) O adotante há de ser pelo menos 16 anos mais velho que o adotado.
- D) O adotante há de ser pelo menos 17 anos mais velho que o adotado e possuir condições econômicas para criá-lo.

45ª QUESTÃO: - Assinale a alternativa **CORRETA**:

- A) Basta a confissão materna para excluir a paternidade.
- B) Basta a informação de terceiros para excluir a paternidade.
- C) Não basta a confissão materna para excluir a paternidade.
- D) Não basta a concordância de terceiros interessados e autoridades constituídas para excluir a paternidade.

46ª QUESTÃO: - Assinale a alternativa **CORRETA**:

- A) No caso de moléstia grave de um dos nubentes o Presidente do ato irá celebrá-lo onde se encontrar o impedido, sendo urgente, ainda que a noite, perante 2 ou mais testemunhas.
- B) No caso de moléstia grave de um dos nubentes o Presidente do ato irá celebrá-lo onde se encontrar o impedido, sendo urgente, ainda que a noite, perante 2 testemunhas que saibam ler e escrever.
- C) No caso de moléstia grave de um dos nubentes o Presidente do ato irá celebrá-lo onde se encontrar o impedido, sendo urgente, ainda que a noite, perante 3 testemunhas que saibam ler e escrever.
- D) No caso de moléstia grave de um dos nubentes o Presidente do ato irá celebrá-lo onde se encontrar o impedido, sendo urgente, ainda que a noite, perante 4 testemunhas.

47ª QUESTÃO: - O prazo para ser intentada a ação de anulação de casamento, a contar da data da celebração, no caso de coação é de:

- A) 2 anos.
- B) 180 dias.
- C) 3 anos.
- D) 4 anos.

48ª QUESTÃO: - Para fiscalização dos atos do tutor pode o juiz nomear:

- A) Tutor adjunto.
- B) Protutor.
- C) Curador.
- D) Tutor responsável.

49ª QUESTÃO: - Conforme prescreve o art. 1072 do Código Civil, as deliberações dos sócios, obedecidos o disposto no art. 1010 serão tomadas em reunião ou em assembléia conforme previsto no contrato social, devendo ser convocadas pelos administradores nos casos previstos em lei ou no contrato. A reunião ou assembléia da sociedade limitada podem também ser convocadas:

- A) Por sócio, quando os administradores retardarem a convocação, por mais de 60 dias nos casos previstos em lei ou no contrato ou por titulares de mais de um quinto do capital quando

não atendido no prazo de 8 dias pedido de convocação fundamentado com a indicação das matérias a serem tratadas.

- B) Pelo conselho fiscal, se houver, por mais de dois terços dos seus membros.
- C) Pelo conselho fiscal, se a diretoria retardar por mais de vinte dias a sua convocação anual, ou sempre que ocorram motivos graves ou urgentes.
- D) Por sócio, quando os administradores retardarem a convocação, por mais de 70 dias nos casos previstos em lei ou no contrato ou por titulares de mais de um quinto do capital quando não atendido no prazo de 3 dias pedido de convocação fundamentado com a indicação das matérias a serem tratadas.

50ª QUESTÃO: - Acerca do instituto do testamento militar pode-se afirmar que:

- A) Se o testador pertencer a corpo ou seção de corpo destacado, o testamento não poderá ser escrito pelo respectivo comandante, ainda que de graduação ou posto inferior.
- B) Caduca o testamento militar, desde que, depois dele, o testador esteja, 90 dias seguidos, em lugar onde possa testar na forma ordinária, salvo se este testamento apresentar as solenidades prescritas.
- C) Se o testador for o oficial mais graduado, o testamento não poderá ser escrito por aquele que o substituir.
- D) Mesmo que o testador saiba escrever, não poderá fazer o testamento de seu punho.

51ª QUESTÃO: - A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração, sendo processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da:

- A) legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que são correlatos.
- B) legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que são correlatos.
- C) legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que são correlatos.
- D) impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que são correlatos.

52ª QUESTÃO: - É caso de inexigibilidade de licitação:

- A) contratação de remanescentes de obra, serviço ou fornecimento em consequência de rescisão contratual.
- B) contratação de serviço técnico de natureza singular.
- C) contratação nos casos de emergência ou de calamidade pública.
- D) contratação de valor inferior a determinado limite estabelecido.

53ª QUESTÃO: - O regime jurídico administrativo consiste em um conjunto de princípios e regras que balizam as atividades da administração pública, tendo por objetivo a realização do interesse público. Vários institutos jurídicos integram este regime. Assinale entre as situações abaixo aquela que **não** decorre da aplicação de tal regime:

- A) Cláusulas exorbitantes dos contratos administrativos.
- B) Auto-executoriedade do ato de polícia administrativa
- C) Veto presidencial à proposição de lei.
- D) Concessão de imissão provisória na posse em processo expropriatório.

54ª QUESTÃO: - Em relação a organização administrativa federal, assinale a opção **CORRETA:**

- A) O contrato de gestão só pode ser celebrado entre a União e suas empresas estatais.
- B) É possível na esfera federal uma empresa pública ser organizada sob a forma de sociedade anônima sendo a União sua única proprietária.
- C) As fundações públicas, não podem exercer poder de polícia administrativa.
- D) As agências reguladoras representam uma nova categoria jurídica no âmbito da administração direta e distinta de autarquias e fundações.

55ª QUESTÃO: - Em relação ao servidor público, detentor de emprego público, **não** é correto afirmar:

- A) seu ingresso depende de aprovação prévia em processo seletivo simplificado.
- B) Aplica-se o regime geral de previdência social.
- C) Sua remuneração será fixada em lei específica.
- D) Enquadra-se nas regras de proibição de acumulação de cargos públicos.

56ª QUESTÃO: - O retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado decorrente de inabilitação em estágio probatório relativo em outro cargo, denomina-se:

- A) Reversão.
- B) Aproveitamento.
- C) Readaptação.
- D) Recondução.

57ª QUESTÃO: - No âmbito do regime jurídico administrativo, a presunção de legitimidade dos atos da administração pública **não** se caracteriza por:

- A) Classificar-se por presunção absoluta.
- B) Admitir a execução imediata da decisão administrativa.
- C) Ter o efeito de inverter o ônus da prova
- D) Criar obrigações para o particular independente de sua aquiescência.

58ª QUESTÃO: - A convalidação de ato administrativo decorre de certos pressupostos. **Não** se inclui entre esses pressupostos:

- A) Não acarretar lesão ao interesse público.
- B) Não causar prejuízos a terceiros.
- C) Autorização judicial quando se tratar de matéria patrimonial.
- D) O defeito ter natureza sanável.

59ª QUESTÃO: - A revogação por seu caráter discricionário pode atingir os seguintes elementos do ato administrativo:

- A) Finalidade e objeto
- B) Objeto e motivação
- C) Forma e objeto
- D) Motivo e finalidade

60ª QUESTÃO: - Sobre a declaração de nulidade do contrato administrativo assinale a opção **CORRETA**:

- A) Só pode ser declarada até o início das obras
- B) Opera a partir do ato declaratório ressalvando-se o que já foi executado.

C) Produz efeito retroativo desconstituindo efeitos já produzindo mas obrigando-se a administração a indenizar os prejuízos que o contratante sofreu, desde que a causa da nulidade não lhe seja imputada.

D) Só pode ser declarada por decisão judicial.

61ª QUESTÃO: - Assinale a alternativa **INCORRETA**:

A) Na ação civil pública é possível discutir, de uma só vez, interesses difusos, interesses coletivos e interesses individuais homogêneos;

B) Em tema de interesses transindividuais, o mesmo interesse pode ser simultaneamente difuso, coletivo e individual homogêneo;

C) Nos interesses individuais homogêneos o objeto é divisível;

D) O Código de defesa do Consumidor disciplinou o fenômeno da coisa julgada nas ações coletivas de acordo com a natureza do interesse ofendido.

62ª QUESTÃO: - Analise as assertivas abaixo:

I – A indisponibilidade cujo zelo justifique a intervenção do Ministério Público pode ser total ou parcial;

II – Há Interesses relativamente indisponíveis que em parte permitem transações;

III – Qualquer interesse difuso ou coletivo pode ser defendido por meio da ação civil pública ou coletiva;

IV - Em sede de ações civis públicas ou coletivas, a lei não admite condenações genéricas.

A) todos os itens estão corretos;

B) somente o item IV está incorreto;

C) somente os itens I e IV estão incorretos;

D) todos os itens estão incorretos.

63ª QUESTÃO: - Analise as assertivas abaixo:

I – A ação civil pública por danos ambientais pode ser proposta contra o responsável direto, contra o responsável indireto ou contra ambos;

II – Quando presente a responsabilidade solidária em matéria ambiental podem os litisconsortes ser acionados em litisconsórcio facultativo;

III – A sentença penal condenatória nos crimes contra o meio ambiente, previstos na Lei nº 9.605/98, sempre que possível, fixará o valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração, considerando os prejuízos sofridos pelo ofendido ou pelo meio ambiente;

IV - Os instrumentos utilizados na prática das infrações ambientais previstas na Lei nº 9.605/98 serão doados, garantida a sua descaracterização por meio da reciclagem.

- A) Os itens I e IV estão incorretos;
- B) Somente o item IV está incorreto;
- C) Os itens III e IV estão incorretos;
- D) Todos os itens estão corretos.

64ª QUESTÃO: - Observe as assertivas abaixo:

I – De acordo com o Código de Defesa do Consumidor, é enganosa, dentre outras, a publicidade que desrespeita valores ambientais, ou que seja capaz de induzir o consumidor a se comportar de forma prejudicial ou perigosa à sua saúde e segurança;

II – O bem imaterial, segundo o Código de Defesa do Consumidor, não é considerado produto;

III – A inversão do ônus da prova, de acordo com as regras do Código do Consumidor, é automática;

IV – De acordo com as regras de proteção contratual do Código de Defesa do Consumidor, a nulidade de uma cláusula contratual abusiva torna irremediavelmente inválido o contrato de adesão;

- A) Somente o item IV está correto;
- B) Somente os itens I e IV estão corretos;
- C) Somente os itens I, II e III estão corretos;
- D) Todos os itens estão incorretos.

65ª QUESTÃO: - Analise as afirmativas abaixo:

I – Será punido com pena de demissão, a bem do serviço público, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, o agente que se recusar a prestar declaração dos bens, dentro do prazo determinado, ou que a prestar falsa;

II – Qualquer omissão culposa que enseje perda patrimonial constitui ato de improbidade administrativa;

III – A aplicação das sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/92) independe da efetiva ocorrência de dano ao patrimônio público;

IV – A Lei nº 8.429/92 admite expressamente a transação na ação principal por ato de improbidade administrativa, desde que o dano seja integralmente ressarcido.

A) Somente os itens I e IV estão incorretos;

B) Somente o item IV está incorreto;

C) Somente os itens III e IV estão incorretos;

D) Somente os itens I e II estão corretos.

66ª QUESTÃO: - Marque a opção **CORRETA**:

A) A Lei nº 7.347/85 estabelece que nas ações civis públicas será sempre observado o rito ordinário;

B) Não se incluem na competência do juizado especial cível as ações por improbidade administrativa e as demandas sobre direitos ou interesses difusos, coletivos ou individuais homogêneos;

C) De acordo com o Código do Consumidor, o requisito da pertinência temática pode ser dispensado pelo juiz nas ações coletivas propostas por associações civis, quando haja manifesto interesse social, evidenciado pela dimensão ou característica do dano ou pela relevância do bem jurídico a ser protegido;

D) A legitimação ativa para a propositura de ações civis públicas em defesa de interesses difusos relativos ao patrimônio público, em casos especiais, é exclusiva do Ministério Público.

67ª QUESTÃO: - Em caso de abandono da ação civil pública proposta por associação legitimada:

A) De imediato, o juiz deve extinguir o processo, sem julgamento do mérito;

- B) O Ministério Público ou outro legitimado assumirá a titularidade ativa;
- C) Apenas o Ministério Público poderá assumir a titularidade ativa;
- D) Somente poderá assumir a titularidade ativa outra associação com idêntica finalidade institucional.

68ª QUESTÃO: - Estão sujeitas ao duplo grau obrigatório de jurisdição:

- A) As sentenças carência ou improcedência proferidas nas ações civis públicas;
- B) As sentenças de carência ou improcedência proferidas em ação civil pública que trate de interesses transindividuais das pessoas portadoras de deficiência e dos idosos;
- C) As sentenças de carência ou improcedência proferidas em ação civil pública proposta em defesa de interesses transindividuais das pessoas portadoras de deficiência e das crianças e adolescentes;
- D) Nenhuma das alternativas anteriores.

69ª QUESTÃO: - Na ação civil pública:

- A) A multa imposta liminarmente só será exigível do réu após o trânsito em julgado da decisão favorável ao autor;
- B) A multa imposta liminarmente é exigível desde o descumprimento da ordem liminar;
- C) Depende de pedido do autor a imposição de multa diária ao réu com o objetivo de assegurar o cumprimento da decisão que concede liminar;
- C) O juiz não depende de pedido do autor tanto para conceder liminar como para adiantar a tutela.

70ª QUESTÃO: - Analise as assertivas abaixo:

I – É imprescritível a ação civil pública proposta com a finalidade de reparar danos causados ao meio ambiente;

II – Determina a Constituição Federal que a lei deve estabelecer os prazos de prescrição para ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que cause prejuízo ao erário, ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento;

III – De acordo com o Código de Defesa do Consumidor, prescreve em cinco anos a pretensão à reparação pelos danos causados por fato do produto ou do serviço;

IV – A instauração do inquérito civil suspende o prazo da prescrição em relação a pretensão à reparação pelos danos causados por fato do produto ou serviço.

- A) São falsas apenas as alternativas III e IV;
- B) Todas as alternativas são verdadeiras;
- C) São verdadeiras apenas as alternativas I e III;
- D) São verdadeiras apenas as alternativas I, II e III.

71ª QUESTÃO: - Ressalvadas as competências da Justiça Federal e a competência dos Tribunais Superiores, a competência para as ações civis públicas que versem interesses transindividuais relativos à Justiça da Infância e da Juventude é:

- A) Do local do dano;
- B) Do local onde ocorreu ou deva ocorrer a ação ou omissão;
- C) Do local da sede da pessoa jurídica contra a qual for dirigida a ação;
- D) Nenhuma das alternativas anteriores.

72ª QUESTÃO: - Analise as assertivas abaixo:

I – Considera-se ato infracional, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, a conduta descrita como crime ou contravenção;

II – A medida aplicada ao adolescente por força de remissão não pode ser revista;

III – Compete ao Ministério Público conceder a remissão como forma de suspensão ou extinção do processo;

IV – Compete à Justiça da Infância e da Juventude aplicar penalidades administrativas nos casos de infrações contra norma de proteção a criança ou adolescente.

- A) Somente os itens I e IV estão corretos;
- B) Todos os itens estão corretos;
- C) Somente os itens III e IV estão incorretos;
- D) Somente os itens I, III e IV estão incorretos.

73ª QUESTÃO: - Nas ações em que se discutam interesses relacionados à deficiência das pessoas o Ministério Público intervirá:

- A) Obrigatoriamente nas ações civis públicas, coletivas ou individuais;
- B) Obrigatoriamente apenas nas ações civis públicas e coletivas;
- C) Obrigatoriamente nas ações civis públicas e coletivas e, facultativamente, nas individuais;
- D) Nenhuma das opções anteriores.

74ª QUESTÃO: - Analise as assertivas abaixo:

- I – Ordem dos Advogados do Brasil possui legitimidade para propor ações cíveis fundadas em interesses difusos, coletivos e individuais indisponíveis ou homogêneos do idoso;
- II – Ministério Público pode propor ação de alimentos em favor do idoso;
- III – Estatuto do Idoso destina-se a regular os direitos das pessoas com idade igual ou superior a sessenta anos;
- IV – Compete ao Ministério Público referendar transações envolvendo interesses e direitos dos idosos previstos no Estatuto do Idoso.

- A) Somente estão corretos os itens II, III e IV;
- B) Somente estão corretos os itens I, III e IV;
- C) Somente o item I está incorreto;
- D) Todos os itens estão corretos.

75ª QUESTÃO: - De acordo com a Lei dos Crimes Ambientais (Lei nº 9.605/98), uma das sanções penais a ser aplicada às pessoas jurídicas quando o estabelecimento, obra ou atividade estiver funcionando sem a devida autorização será de:

- A) Suspensão parcial ou total de atividades;
- B) Suspensão total de atividades;
- C) Interdição temporária de estabelecimento, obra ou atividade;
- D) Interdição definitiva de estabelecimento, obra ou atividade.

76ª QUESTÃO: - Analise as assertivas abaixo:

- I – O Conselho Superior do Ministério Público possui uma única função de órgão de execução, ou seja, a revisão de arquivamento de inquérito civil ou peças de informação que verse sobre interesses difusos, coletivos ou individuais homogêneos;

II – De acordo com a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, compete ao Conselho Superior do Ministério Público expedir recomendações, sem caráter vinculativo, aos órgãos do Ministério Público, para o desempenho de suas funções;

III – De conformidade com a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, as Promotorias de Justiça poderão ser judiciais ou extrajudiciais, especializadas, gerais ou cumulativas;

IV – O Corregedor-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul é eleito pelo Conselho Superior do Ministério Público, dentre os Procuradores de Justiça, para mandato de dois anos, permitida uma recondução, observado o mesmo procedimento.

- A) Todas as assertivas são verdadeiras;
- B) Estão corretas apenas as assertivas I e II;
- C) Estão corretas apenas as assertivas I, II e IV;
- D) Estão corretas apenas as assertivas I e III.

77ª QUESTÃO: - De conformidade com a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei nº 8.625/93), as funções do Procurador-Geral de Justiça como órgão de execução:

- A) São indelegáveis;
- B) Podem ser delegadas apenas aos Procuradores de Justiça;
- C) Podem ser delegadas a membro do Ministério Público;
- D) São delegáveis a membro do Ministério Público, salvo na hipótese de ajuizamento de ação penal de competência originária dos Tribunais.

78ª QUESTÃO: - De acordo com a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei nº 8.625/93), a exclusão, inclusão ou outra modificação nas atribuições das Promotorias de Justiça serão efetuadas:

- A) Mediante proposta do Procurador-Geral de Justiça, aprovada por maioria absoluta do Conselho Superior do Ministério Público;
- B) Mediante proposta do Corregedor-Geral do Ministério Público, aprovada por maioria absoluta do Colégio de Procuradores de Justiça;
- C) Mediante proposta do Procurador-Geral de Justiça, aprovada por maioria absoluta do Colégio de Procuradores de Justiça;

D) Somente por lei.

79ª QUESTÃO: - De acordo com a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei nº 8.625/93), o órgão de execução do Ministério Público, ao receber notícia de irregularidades praticadas por concessionários de serviço público estadual, em desrespeito às Constituições Federal e Estadual, deverá dar andamento ao caso no prazo de:

- A) Cinco dias;
- B) Dez dias;
- C) Quinze dias;
- D) Trinta dias

80ª QUESTÃO: - Nos seus afastamentos e impedimentos, o Procurador-Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul será substituído:

- A) Pelo Procurador-Geral Adjunto de Justiça e, na falta deste, pelo Corregedor-Geral do Ministério Público;
- B) Pelo Corregedor-Geral do Ministério Público e, na falta deste, pelo Procurador de Justiça mais antigo;
- C) Pelo Procurador-Geral Adjunto de Justiça e, na falta deste, pelo Procurador de Justiça mais antigo;
- D) Pelo Procurador de Justiça mais antigo.

81ª QUESTÃO: - Assinale a alternativa **CORRETA**:

I - Admite-se a inexigibilidade de conduta diversa como causa supralegal de exclusão da culpabilidade, não se limitando sua aplicação às hipóteses legais, sendo possível sua quesitação, independentemente de desmembramento em fatos e circunstâncias, nas hipóteses de julgamento de crimes dolosos contra a vida.

II – Tratando-se de julgamento de acusado por crime doloso contra a vida, sendo sustentada tese de legítima defesa, o afastamento pelos jurados da necessidade dos meios empregados e/ou sua moderação implica na necessidade da votação do excesso, se culposos ou dolosos, podendo inclusive surgir o denominado excesso puramente acidental, resultando em absolvição do acusado.

III – Tratando-se de crime doloso contra a vida, em respeito ao princípio da plenitude da defesa, ainda que não sustentada em plenário pela defesa técnica, o juiz deve formular os quesitos a partir do que o réu disse no interrogatório ou do que as testemunhas afirmaram nos depoimentos, principalmente quando for hipótese de tese que exclua a antijuridicidade.

IV – No infanticídio, o estado puerperal deve constar de quesito próprio.

A) Somente a assertiva II está correta.

B) Somente a assertiva IV está correta.

C) Somente as assertivas II e IV estão corretas.

D) Somente as assertivas I, III e IV estão corretas.

82ª QUESTÃO: - Assinale a alternativa **CORRETA**:

I – O princípio da boa-fé processual é aceito nas questões de direito substancial penal, como princípio geral do direito, decorrente do devido processo legal e da paridade de armas.

II – Não ofende o princípio do juiz natural se, ao criar uma nova Vara, especializada em determinada matéria, vários processos para ela são encaminhados, desvinculando-se de outros juízos onde tramitavam.

III – O princípio do contraditório significa que somente a alegação de fato ou apresentação de prova, por uma das partes, permite que o adversário tenha o direito de manifestar-se, sendo que somente de modo excepcional é aplicável quando houver alegação de direito, pois nesse caso, de regra, o juiz pode decidir sem ouvir a parte contrária, bastando que se aplique a lei ao caso concreto.

IV - Os princípios da publicidade, ampla defesa e devido processo legal, por traduzirem garantia constitucional ao processado, no âmbito do processo penal brasileiro, não admitem interpretação limitativa ou valorada pela proporcionalidade.

A) Somente a assertiva II está correta.

B) Somente as assertivas I e II estão corretas.

C) Somente as assertivas II e III estão corretas.

D) Somente as assertivas III e IV estão corretas.

83ª QUESTÃO: - Assinale a alternativa **CORRETA**:

I – Conforme a Lei das Execuções Penais é possível que legislação estadual especifique faltas leves e médias, bem como suas sanções.

II – O porte de telefone celular por preso condenado constitui falta grave, o que acarreta, inclusive, a perda dos dias remidos.

III – Havendo cometimento de falta grave pelo preso é justificável a regressão cautelar para o regime inicialmente fixado, mas é garantida, contudo, a prévia oitiva do condenado por ocasião da decisão definitiva a respeito da regressão.

IV – O recolhimento domiciliar, à luz da Lei de Execução Penal, somente será admitido aos apenados submetidos ao regime aberto, mas os Tribunais, excepcionalmente, têm estendido o benefício a condenados em regime semi-aberto ou fechado, diante de condições pessoais específicas.

A) Somente a assertiva II está correta.

B) Somente as assertivas I e II estão corretas.

C) Somente as assertivas I, II e III estão corretas.

D) Somente as assertivas I, III e IV estão corretas.

84ª QUESTÃO: - Assinale a alternativa **CORRETA**:

I - A interceptação telefônica não pode exceder quinze dias, porém pode ser renovada por igual período, não havendo qualquer restrição legal ao número de vezes em que possa ocorrer sua renovação, desde que comprovada a necessidade.

II – Tratando-se de tráfico ilícito de drogas, o traficante que colaborar voluntariamente com a investigação criminal ou o processo criminal, identificando co-autores ou auxiliando na recuperação total ou parcial do produto do crime, por proposta do Ministério Público, o juiz, ao proferir a sentença, poderá deixar de aplicar a pena, ou reduzi-la, de 1/3 (um terço) a 2/3 (dois terços), justificando a sua decisão.

III – Tratando-se de crime contra ordem tributária, o esgotamento da instância administrativa se faz necessário para o início da ação penal tão-somente quando a defesa ou recurso do contribuinte se referir ao quantum devido ou à própria exigibilidade do crédito tributário.

IV – A lei que disciplina a utilização de meios operacionais para a prevenção e repressão de ações praticadas por organizações criminosas permite ao juiz que realize pessoalmente a busca e apreensão de documentos relacionados ao pedido de quebra de sigilo.

- A) Somente as assertivas I e II estão corretas.
- B) Somente as assertivas I e III estão corretas.
- C) Somente as assertivas II e IV estão corretas.
- D) Somente as assertivas II, III e IV estão corretas.

85ª QUESTÃO: - Assinale a alternativa **CORRETA**:

I – Compete à Justiça Federal processar e julgar feito que apura conduta de Prefeito Municipal que, em tese, pratica ilícito de malversação de verbas públicas, consistente no desvio de verbas oriundas do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério - FUNDEF.

II – Compete à Justiça Estadual o processo e julgamento de roubo de bens de agência franqueada da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT.

III – Compete à Justiça Federal processar e julgar o feito destinado a apurar crime de concussão consistente na cobrança de honorários médicos ou despesas hospitalares a paciente do Sistema Único de Saúde – SUS.

IV – Compete à Justiça Estadual julgar o crime de falsa anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social, praticado por particulares.

- A) Somente as assertivas I e IV estão corretas.
- B) Somente as assertivas II e III estão corretas.
- C) Somente as assertivas I, II e IV estão corretas.
- D) Somente as assertivas II, III e IV estão corretas.

86ª QUESTÃO: - Assinale a alternativa **CORRETA**:

I – Segundo entendimento dos tribunais, a gravidade e a plausibilidade da imputação não se prestam a justificar a medida cautelar extrema da prisão preventiva, que princípios

constitucionais eminentes não admitem possa servir de aplicação antecipada da sanção penal.

II – Conforme entendimento pretoriano, a fuga do acusado, após a decretação da segregação cautelar, é justificção adequada para manutenção da custódia preventiva.

III – É legal a prisão em flagrante da pessoa que, mediante solicitação de agente policial disfarçado de usuário de entorpecente, vai até local onde substância entorpecente está acondicionada e a traz consigo para efetuar venda a quem solicitou.

IV – A lavratura do auto de prisão em flagrante em local diverso daquele onde foi efetuada a prisão não contamina a eventual fase judicial, em razão da nulidade da fase inquisitorial não contaminar a fase judicial, mas obriga a desconstituição do flagrante, com a concessão de liberdade a quem foi preso, se por outro motivo não estiver segregado.

- A) Somente a assertiva III está correta.
- B) Somente as assertivas I e III estão corretas.
- C) Somente as assertivas I, II e III estão corretas.
- D) Somente as assertivas II, III e IV estão corretas.

87ª QUESTÃO: - Assinale a alternativa **CORRETA**:

I – Tratando-se de conflito de atribuição entre Ministério Público Federal e Ministério Público Estadual, o Supremo Tribunal Federal é a corte competente para dirimir esse conflito.

II – A revisão criminal fundada em prova nova que contrarie a decisão dos jurados em processos da competência do Tribunal do Júri não permite a absolvição do réu, mas apenas a anulação do julgamento e a submissão do acusado a novo julgamento popular.

III – O protesto por novo júri é cabível quando se trate de pena de 20 (vinte) anos ou mais estabelecida em consideração da continuidade delitiva.

IV – O inquérito policial, instaurado unicamente em razão de busca e apreensão considerada ilegal, deve ser trancado, aplicando-se a teoria do *fruits of poisonous tree*.

- A) Somente a assertiva III está correta.
- B) Somente as assertivas I e II estão corretas.

- C) Todas as assertivas estão corretas.
- D) Nenhuma das assertivas está correta.

88ª QUESTÃO: - Assinale a alternativa **CORRETA**:

- I – Havendo necessidade de ser ouvida testemunha por carta precatória, para não haver nulidade é necessária somente à intimação das partes da expedição da carta precatória.
- II – Incide na proibição legal se, durante o julgamento do júri, e sem prévio conhecimento da parte contrária, o defensor fizer a leitura e exibição da folha de antecedentes da vítima.
- III – A prisão temporária pode ser decretada de ofício tão-somente se a hipótese versar sobre crime hediondo.
- IV – Somente é possível a decretação da prisão preventiva nos crimes dolosos e punidos com reclusão, salvo se o acusado for vadio ou houver dúvida sobre sua identidade, e ele não fornecer elementos para esclarecê-la.

- A) Somente as assertivas I e II estão corretas.
- B) Somente as assertivas I e III estão corretas.
- C) Somente as assertivas II e IV estão corretas.
- D) Somente as assertivas I, II e IV estão corretas.

89ª QUESTÃO: - Assinale a alternativa **CORRETA**:

- I – Se o juiz indeferir o pedido de admissão do ofendido como assistente não cabe recurso, mas é admitida a impetração de mandado de segurança.
- II – É recurso de fundamentação vinculada a apelação de decisões absolutórias do juiz singular.
- III – A revisão criminal poderá ser requerida em qualquer tempo, antes da extinção da pena ou após.
- IV – O recurso em sentido estrito serve apenas para atacar decisão interlocutória.

- A) Somente as assertivas I e III estão corretas.

- C) Somente as assertivas II e III estão corretas.
- D) Somente as assertivas III e IV estão corretas.
- B) Somente as assertivas I, II e IV estão corretas.

90ª QUESTÃO: - Assinale a alternativa **CORRETA**:

I – Da decisão que conceder progressão de regime de cumprimento de pena caberá agravo sem efeito suspensivo.

II – Sobrevindo doença mental, no curso da execução penal, ao sentenciado que cumpre pena em regime fechado, ocorrerá a extinção da pretensão executória por fato superveniente e imposição de medida de segurança pelo tempo necessário à cessação da periculosidade.

III – A remição é um direito privativo somente do condenado que esteja cumprindo pena em regime fechado ou semi-aberto.

IV – O benefício da saída temporária é somente do condenado em regime semi-aberto, exigindo o cumprimento mínimo de um sexto (1/6) da pena, se for primário, e metade (1/2), se reincidente.

- A) Somente as assertivas I e III estão corretas.
- B) Somente as assertivas II e IV estão corretas.
- C) Somente as assertivas I, III e IV estão corretas.
- D) Todas as assertivas estão corretas.

91ª QUESTÃO: - A respeito da inspeção judicial, é **CORRETO** afirmar que:

A) O juiz, somente a requerimento da parte, pode, em qualquer fase do processo, inspecionar pessoas ou coisas, a fim de se esclarecer sobre fato, que interesse a decisão da causa.

B) Ao realizar a inspeção direta, o juiz poderá ser assistido de um ou mais peritos.

C) O juiz irá ao local, onde se encontre a coisa, ainda que esta possa ser apresentada em juízo, sem consideráveis despesas ou graves dificuldades.

D) As partes têm sempre direito a assistir à inspeção, desde que não façam qualquer observação.

92ª QUESTÃO: - Assinale a alternativa **CORRETA**

- A) A confissão judicial faz prova contra o confitente, prejudicando os litisconsortes.
- B) A parte e o terceiro não se escusam de exhibir, em juízo, o documento ou a coisa, se concernente a negócios da própria vida da família.
- C) Quando a lei exigir, como da substância do ato, o instrumento público, nenhuma outra prova, por mais especial que seja, pode suprir-lhe a falta.
- D) O juiz sempre que determinar a realização de nova perícia, considera-se que a segunda substitui a primeira.

93ª QUESTÃO: - Tratando-se de tutela jurisdicional antecipatória, é **CORRETO** afirmar:

- A) O juiz poderá de ofício antecipar os efeitos da tutela pretendida no pedido inicial, desde que, haja fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação.
- B) Na decisão que antecipar a tutela, o juiz não precisará indicar as razões de seu convencimento.
- C) Será concedida ainda que haja perigo de irreversibilidade de fato do provimento antecipado.
- D) A tutela antecipada também poderá ser concedida quando um ou mais dos pedidos cumulados, ou parcela deles, mostrar-se incontroverso.

94ª QUESTÃO: - Assinale a alternativa **CORRETA**:

- A) O revel, nos casos em que a revelia implica admissão da veracidade dos fatos afirmados pelo autor, poderá produzir prova, desde que a situação processual o permita.
- B) Ocorrendo revelia, o autor poderá alterar o pedido, ou a causa de pedir, sem necessidade de promover nova citação do réu.
- C) A revelia induz o efeito da presunção de veracidade dos fatos afirmados pelo autor, mesmo havendo pluralidade de réus, algum deles contestar a ação.
- D) Contra o revel que tenha patrono nos autos, correrão os prazos independentemente de intimação, a partir da publicação de cada ato decisório.

95ª QUESTÃO: - Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- A) Do requerimento de liquidação de sentença será a parte intimada pessoalmente.

- B) Far-se-á a liquidação por artigos, quando, para determinar o valor da condenação, houver necessidade de alegar e provar fato novo.
- C) Da decisão de liquidação caberá agravo de instrumento.
- D) Quando na sentença houver uma parte líquida e outra ilíquida, ao credor é lícito promover simultaneamente a execução daquela e, em autos apartados, a liquidação desta.

96ª QUESTÃO: - Assinale a alternativa **CORRETA**:

- A) Na ação de usucapião de terras particulares, o Ministério Público intervirá em todos os atos do processo, se houver interesse de incapaz.
- B) O credor de dívida líquida e certa, somente após o vencimento, poderá requerer a habilitação no inventário.
- C) A partilha, depois de transitada em julgado, não poderá ser emendada nos mesmos autos do inventário, mesmo convindo todas as partes.
- D) O legatário é parte legítima para manifestar-se sobre as dívidas do espólio, quando o reconhecimento das dívidas importar redução dos legados.

97ª QUESTÃO: - Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- A) Falecendo o cônjuge meeiro supérstite depois da partilha dos bens do pré-morto, as duas heranças serão cumulativamente inventariadas e partilhadas, se os herdeiros de ambos forem os mesmos.
- B) A sobrepartilha correrá nos autos de inventário do autor da herança.
- C) O testamenteiro será removido e perderá o prêmio se lhe forem glosadas as despesas por ilegais ou em discordância com o testamento.
- D) Os bens com valor de afeição, como retratos, objetos de uso pessoal, livros e obras de arte, só serão alienados depois de declarada a vacância da herança.

98ª QUESTÃO: - Assinale a alternativa **CORRETA**:

- A) No direito processual civil o termo objeção indica a defesa que só pode ser conhecida quando alegada pela parte.
- B) A desistência do recurso formulado por um dos litisconsortes unitários faz cessar os efeitos da interposição apenas em relação ao desistente.
- C) A renúncia ao direito de recorrer independe da aceitação da outra parte.

D) A petição de agravo de instrumento será instruída facultativamente, com cópias da decisão agravada, da certidão da respectiva intimação e das procurações outorgadas aos advogados do agravante e do agravado.

99ª QUESTÃO: - Assinale a alternativa **CORRETA**:

A) A apelação devolverá ao tribunal o conhecimento da matéria impugnada. Serão, porém, objeto de apreciação e julgamento pelo tribunal todas as questões suscitadas e discutidas no processo, ainda que a sentença não as tenha julgado por inteiro.

B) No caso de reexame necessário não cabe ao relator, com respaldo no artigo 557 do Código de Processo Civil, decidi-lo isoladamente.

C) A apelação será incluída em pauta antes do agravo de instrumento interposto no mesmo processo.

D) Os embargos de declaração não interrompem o prazo para a interposição de outros recursos, por qualquer das partes.

100ª QUESTÃO: - Assinale a alternativa **CORRETA**:

A) A morte de qualquer das partes provada após iniciada a audiência de instrução não obsta a continuação desta, mas impede que seja proferida sentença antes de habilitados os sucessores do falecido.

B) A desistência da ação, ou a existência de qualquer causa que a extinga, não obsta ao prosseguimento da reconvenção.

C) Não é lícito formular mais de um pedido em ordem sucessiva, sendo, portanto, vedado ao juiz conhecer do posterior, em não podendo acolher o anterior.

D) Indeferida a petição inicial, o autor poderá agravar, facultado ao juiz, no prazo de quarenta e oito horas, reformar sua decisão.

ANEXO ÚNICO DO AVISO Nº 005/2006/CCMPMS, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2006

1. A	2. C	3. D	4. C	5. B
6. D	7. A	8. D	9. B	10. D
11. B	12. B	13. C	14. C	15. D
16. C	17. B	18. B	19. B	20. C
21. C	22. C	23. D	24. C	25. D
26. C	27. D	28. C	29. B	30. D
31. C	32. D	33. B	34. C	35. B
36. D	37. B	38. ANULADA	39. A	40. C
41. A	42. D	43. C	44. C	45. C
46. B	47. D	48. B	49. A	50. B
51. A	52. B	53. C	54. B	55. A
56. D	57. A	58. C	59. B	60. C
61. B	62. B	63. B	64. D	65. B
66. B	67. B	68. D	69. A	70. D
71. B	72. A	73. A	74. D	75. C
76. D	77. C	78. C	79. D	80. A
81. C	82. C	83. D	84. B	85. C
86. B	87. C	88. A	89. A	90. C
91. B	92. C	93. D	94. A	95. A
96. D	97. A	98. C	99. A	100. B

PROVA ESCRITA DE LÍNGUA PORTUGUESA

1ª QUESTÃO: Classifique as palavras que, se e como destacadas nas frases abaixo em uma destas opções: conjunção subordinativa integrante; pronome relativo; pronome reflexivo recíproco; pronome apassivador; parte integrante do verbo; conjunção subordinativa causal, de acordo com a norma culta e conforme o contexto: (1,0 ponto):

a) "Você disse que não sabe se não..." (SE... – Autor: Djavan) (0,1 ponto)

b) Conhecíamos a maioria dos oradores que se encontravam presentes no evento.

c) Os participantes do concurso abraçaram-se emocionados.

d) Ninguém sabe se a violência irá diminuir este ano.

e) Concedeu-se a homenagem ao empresário do ano.

f) O público queixou-se da acústica do local.

g) A notícia a que me referi é verdadeira.

h) Este é o modo como planejo as minhas despesas.

i) **Como** a temperatura neste final de semana aumentou, a maioria dos turistas se deslocou em direção à praia.

j) Se eu adivinhasse **que** não seria tão difícil completar os 42 km de trajeto, teria arriscado participar da corrida pedestre o ano passado.

2ª QUESTÃO: Quanto à flexão, o verbo **haurir** conjuga-se da mesma forma que o verbo **abolir**? Por quê? (0,5 ponto)

3ª QUESTÃO: Empregue os verbos entre parênteses no tempo indicado, conforme o contexto (0,5 ponto):

a) Nós _____ todos os objetos. (reaver - futuro do pretérito do indicativo).
(0,1 ponto)

b) Naquela época, o plano econômico _____ medidas mais enérgicas. (urgir – pretérito-mais-que-perfeito do indicativo).

c) Se eu somente a _____ de alimentos, aquela família não iria progredir. (prover – pretérito imperfeito do subjuntivo).

d) Eles _____ os documentos, caso houvesse uma resposta afirmativa da empresa. (requerer – futuro do pretérito do indicativo).

e) Os cozinheiros _____ os bifes e os ovos, enquanto o restante da comida está pronto para ser servido. (frigir – presente do indicativo).

4ª QUESTÃO: Reescreva as frases abaixo, corrigindo-as, se necessário, de acordo com a norma culta (1,0 ponto):

a) O técnico de um dos melhores times de basquete do Estado do Rio Grande do Sul, julgou, desnecessário a troca de vestiário. (0,2 pontos)

b) O diretor caminhava à passo firme na fábrica.

c) Persista em seus objetivos, meu amigo, pois, do contrário não haverá sucesso.

d) – Porque? – indagou o aluno sobre o por que da questão.

e) Todos quiseram analisar a pesquisa realizada sobre aborígene.

5ª QUESTÃO: Reescreva as frases abaixo, corrigindo-as, se necessário, de acordo com a norma culta, quanto à concordância verbal ou nominal (0,5 ponto).

a) A moça era tal qual seus pais. (0,1 ponto)

b) Muito obrigada - responderam as meninas.

c) Estava claro para todos a dificuldade daquela família desabrigada.

d) Tendo em vista que Vossa Excelência conhece muito bem o problema da enchente no bairro, solicito vossa ajuda para solucioná-lo.

e) Qual de nós temos conhecimento daquela notícia?

6ª QUESTÃO: Redija: a) uma oração na voz ativa e, após, passe-a para a voz passiva analítica e voz passiva sintética. Deve ser observada a conjugação correta dos verbos; b) uma oração que contenha caso de ênclise; c) uma oração que contenha caso de mesóclise; d) uma oração que contenha caso de próclise (1,0 ponto). (0,25 para cada letra)

7ª QUESTÃO: Reescreva as frases abaixo, corrigindo-as, se necessário, considerando os aspectos relacionados à regência (0,5 ponto).

a) Durante a reunião, todos esqueceram da proposta de aumento do número de funcionários no setor de embalagem de produtos. (0,1 ponto)

b) A sua tese obedece o padrão exigido pelas normas técnicas.

c) O senhor deve visar apenas a melhoria da coletividade.

d) O líder, cuja bondade todos se comoviam, participará da confraternização neste sábado.

e) Nós lemos e gostamos do livro indicado pelo palestrante.

REDAÇÃO: (Valor: 5 pontos)

Tema: **A Segurança Pública no Estado de Mato Grosso do Sul: Principais Problemas e Soluções.**

Extensão mínima: 50 linhas

Extensão máxima: 90 linhas

PROVA ESCRITA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS E

LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL

1ª QUESTÃO - Existem situações em que, por exceção, se justifica a atuação simultânea de mais de um membro do Ministério Público em ação civil pública proposta pela Instituição? Resposta fundamentada. Em caso positivo, aponte a (s) hipótese (s). (Valor: 0,5 ponto)

2ª QUESTÃO - O órgão do Ministério Público da Comarca de Bela Vista sofreu violação de prerrogativa institucional que o impediu de exercer livremente suas atividades funcionais. A violação foi praticada pelo Juiz de Direito da Comarca. Pergunta-se: Qual a medida a ser tomada pelo Promotor de Justiça para assegurar o cumprimento da prerrogativa desatendida? (Valor: 0,5 ponto).

3ª QUESTÃO - O Ministério Público pode requisitar o acesso direto às informações resguardadas por sigilo legal, sem necessidade de autorização judicial? Fundamente a resposta, indicando os dispositivos legais pertinentes e o atual entendimento do STF e do STJ sobre a matéria. (Valor: 1 ponto).

4ª QUESTÃO - A inversão do ônus da prova, prevista no Código de Defesa do Consumidor, pode de algum modo ser aplicada à defesa de quaisquer interesses transindividuais? Fundamente a resposta. (Valor: 1 ponto).

5ª QUESTÃO - A reconvenção é admissível nas ações coletivas de que trata o Código de Defesa do Consumidor? Fundamente a resposta. (Valor: 1 ponto).

6ª QUESTÃO - A sentença de improcedência proferida em ação civil pública que verse sobre interesses individuais homogêneos faz coisa julgada material? Fundamente a resposta. (Valor: 1 ponto).

7ª QUESTÃO - No que consiste o princípio da função socioambiental da propriedade? Indique os dispositivos que contemplam o referido princípio e apresente um exemplo a respeito de sua aplicação. (Valor: 1 ponto).

8ª QUESTÃO - Questão Prática. (Valor: 4 pontos).

Elabore petição inicial de ação civil pública proposta pelo Ministério Público na qual a instituição pleiteia o controle judicial concreto e abstrato de determinada cláusula contratual abusiva de um contrato de adesão. Os dados fáticos necessários para elaboração da peça deverão ser livremente incluídos pelo candidato.

Observação: A peça não deverá conter nome e assinatura do candidato, sob pena de anulação da prova (§ 4º do artigo 19 do Regulamento do Concurso). Na identificação do órgão ministerial, ao final da peça, indique apenas "Promotor de Justiça".

DIREITO CIVIL

1ª QUESTÃO: Jerônimo se casou com Cida pelo regime de comunhão parcial de bens. Três meses após o casamento, ele recebeu herança deixada por sua mãe no valor de R\$ 900,00 e cinco meses depois Cida recebeu herança deixada por seu pai no valor de R\$350,00. Na constância do casamento adquiriram bens a título oneroso no valor de R\$600,00. O casal recebeu ainda por doação do pai de Jerônimo um móvel no valor de R\$200,00. Tiveram cinco filhos na constância do casamento. Jerônimo faleceu deixando mulher e os cinco filhos.

Discorra sobre a meação da esposa e de cada um dos filhos apresentando o valor do cálculo individualizado das quotas partes fundamentando com dispositivos do Código Civil. (2,0)

2ª QUESTÃO: A adoção encerra diversos efeitos, tanto na órbita pessoal quanto na patrimonial. Mencione pelo menos quatro efeitos na esfera pessoal e cinco na patrimonial, fundamentando com dispositivos previstos no Código Civil. (1,5)

3ª QUESTÃO: Gervásio, viúvo, faleceu deixando uma propriedade com 300 hec de área chamada de "Fazenda Primavera", localizada no município de Naviraí, Mato Grosso do Sul. O falecido não deixou testamento nem herdeiro legítimo notoriamente conhecido. Os bens foram arrecadados e ficaram sob a guarda de um curador, que efetivou as diligências previstas no art.1820 do Código Civil. Ocorre que antes de completar um ano de publicação dos editais previstos em lei, Firmino Pato, que tinha uma posse de boa fé há mais de 15 anos na propriedade do Sr. Gervásio, ingressou com ação de usucapião. Neste caso é possível usucapir? Fundamente. (2,0)

4ª QUESTÃO: Um menor é adotado por um casal canadense que constava na lista de adoção e que apresentava todos os requisitos necessários para adotá-lo. Após determinado período, a família canadense resolve passar as próximas férias no Brasil e acaba abandonando o menor perto do local onde ele foi anteriormente adotado. A mãe biológica, ao rever o filho perambulando pelas ruas, resolve tentar criá-lo novamente. (1,0)

Pergunta-se:

- a) É possível a mãe biológica "adotar" este menor?
- b) Caso não possa, qual outra solução para o caso?
- c) Quais os requisitos exigidos na adoção internacional?

5ª QUESTÃO: Antônio aliena a José, em 4 de janeiro de 2001, um terreno localizado na cidade de Barreiros-MG, deixando consignado na escritura, levada a registro imobiliário, a cláusula de que poderá recomprar o imóvel no prazo de dois anos. Em 20 de março de 2001, José empresta dinheiro de Pedro dando o terreno como garantia hipotecária. Em 15 de setembro de 2001 José faz outro negócio, desta vez com Renato, dando em garantia de

segundo grau o imóvel referido. Como se trata de dívida de curto prazo, Renato requer a execução da dívida contraída por José. Em 20 de outubro de 2002, Antônio manifesta o desejo de recomprar o imóvel vendido a José.

Diante de tal situação Antônio poderá readquirir o imóvel? Levando-se em consideração o princípio da boa-fé que norteia o

Código Civil, bens hipotecados podem ser alcançados por negócios posteriores? (2,0)

6ª QUESTÃO: Adenilson Quaresma, residente em Colatina-PE, resolveu abrir uma sociedade limitada com seu grande amigo Edilson para prestar serviços de construção na cidade. Após certo tempo de trabalho o negócio começou a prosperar e os sócios, por má administração de seus orçamentos pessoais, começaram a desviar dinheiro da empresa para pagar dívidas não relacionadas à empresa. Com isso, foram se acumulando salários atrasados dos empregados, contas não quitadas a fornecedores, entre tantas outras dívidas que os levaram a requerer a falência da empresa.

Qual medida deve ser tomada pelo Promotor de Justiça no processo de falência ao tomar conhecimento do desvio de dinheiro perpetrado pelos sócios? Justifique. (1,5)

DIREITO ADMINISTRATIVO

1ª QUESTÃO: Um secretário municipal, sob o argumento de reestruturar o sistema de ensino do município, removeu uma diretora de escola municipal para um bairro distante. Inconformada, a diretora recorreu ao prefeito alegando que sua remoção ocorrera unicamente porque seu marido teria tido um desentendimento com o secretário municipal. O prefeito aceitou as ponderações da diretora e prometeu resolver a questão.

Indaga-se: qual a providência administrativa a ser tomada pelo prefeito para que a diretora da escola retome o seu lugar? Fundamente. (1,0)

2ª QUESTÃO: A prefeitura de Orlando Gomes, importante cidade do sul da Paraíba, resolveu contratar empresa para perfuração de poços artesianos. Ocorre que o empreiteiro da obra pública, durante o processo de execução do contrato, encontrou um terreno arenoso, e não um rochoso como indicado pela Administração. Tecnicamente, tal ocorrência material

não era cogitada pelas partes no ato da celebração do contrato, mas o antecedia e acabou por se explicitar na execução de modo surpreendente, tornando-o dificultoso e onerando extraordinariamente o prosseguimento e conclusão dos trabalhos.

Diante de tal situação, o que poderia ser feito pela empresa? Sob quais fundamentos? (2,0)

3ª QUESTÃO: Extinto o prazo de contrato administrativo de prestação de serviços, foi o mesmo prorrogado tacitamente enquanto não concluído o processo licitatório para a efetivação de novo contrato visando idêntico objeto. O atraso na licitação decorreu de suspensão deferida em julgamento de liminar judicial argüindo ilicitude em seu procedimento. Estará correto o pagamento ao contratado pelos serviços realizados no período não coberto pelo prazo contratual inicial? Fundamente a resposta. (3,0)

4ª QUESTÃO: Um município contratou empresa privada para prestação de serviços de cobrança extrajudicial de tributos municipais. Os empregados da empresa contratada deveriam trabalhar no prédio da prefeitura, sob as ordens hierárquicas do secretário de finanças e no horário normal de trabalho dos funcionários públicos. Pergunta-se: Este procedimento está correto? Fundamente.(2,0)

5ª QUESTÃO: Um servidor público, condenado em processo administrativo disciplinar onde se respeitaram os princípios constitucionais do devido processo legal e da ampla defesa, foi demitido do cargo público. Posteriormente, foi absolvido pela justiça comum na ação penal referente ao fato que deu causa à demissão do cargo.

Face ao exposto, deve o servidor demitido ser reintegrado no cargo? Fundamente. (2,0)

PROVA ESCRITA DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1ª QUESTÃO: (valor: 1,0 ponto)

Quais são os efeitos operados pelo oferecimento da contestação nos planos material e processual? Fundamente.

2ª QUESTÃO: (valor: 1,5 ponto)

Explique o que vem a ser "eficácia preclusiva da coisa julgada". Após a ocorrência deste fenômeno é possível rediscutir a lide, apenas com novas alegações, caso a parte tenha documento novo? Fundamente.

3ª QUESTÃO: (valor: 1,5 ponto)

Em que consiste o chamado "efeito de intervenção", e qual a razão de tal efeito ser ao mesmo tempo mais restritivo e mais abrangente do que a coisa julgada? Fundamente.

4ª QUESTÃO: (valor: 0,5 ponto)

Com o ajuizamento da ação rescisória é cabível a suspensão da execução da decisão rescindente? Fundamente.

5ª QUESTÃO: (valor: 1,0 ponto)

Quando na ação rescisória a parte cumula o pedido de rescisão da coisa julgada (iudicium rescindens) com o de novo julgamento da causa submetida anteriormente ao exame jurisdicional (iudicium rescissorium), há ofensa ao duplo grau de jurisdição? Fundamente.

6ª QUESTÃO: (valor: 2,0 pontos)

Priscila e Antônio Silva, menor impúbere, mulher e filho de Renato Silva, trabalhador falecido durante o exercício de atividades laborais, propuseram ação de indenização contra Paulo Duarte, empregador do *de cuius*, perante o juízo da 2ª Vara Cível Residual da Comarca de Campo Grande. Na hipótese, os autores postulam contra o empregador do falecido pensão mensal no valor de R\$ 800,00 (oitocentos reais) e danos morais equivalente a 300 (trezentos) salários mínimos, em decorrência do falecimento do ente familiar em serviço. O juiz da 2ª Vara Cível declarou a incompetência deste juízo, declinando a competência à Justiça Trabalhista.

Indaga-se: O magistrado decidiu corretamente? (Resposta fundamentada - se houver dissídio doutrinário e/ou jurisprudencial a respeito desta questão, deverá o candidato expor as posições existentes e, manifestar, fundamentadamente, o seu ponto de vista).

7ª QUESTÃO: (valor: 1,5 ponto)

Roberto Carlos, advogado militante na Comarca de Caarapó, ingressou nos autos de inventário dos bens deixados pelo falecimento de João de Deus, requerendo cópia dos referidos autos, a fim de apreciar consulta formulada por um cliente. O pedido foi indeferido pelo magistrado fincado no argumento de que o feito estava a tramitar sob segredo de justiça, porque envolvia a divisão e a partilha de bens deixados pelo pai às suas filhas, uma delas incapaz, e que no feito se discutia o estado de filiação dos herdeiros do de cujus e o advogado não havia sido constituído para atuar nos autos, incidindo no caso os termos do art.155, II, do CPC. Emerge dos autos que o estado de filiação estaria evidenciado somente na circunstância de que o autor da herança havia deixado duas filhas. Verifica-se, ainda, que o segredo de justiça somente foi conferido pelo juízo quando do requerimento para extração de cópia dos autos.

Inconformado, o causídico pleiteou a reconsideração da decisão. O Magistrado abriu vistas ao Ministério Público para se manifestar sobre o pedido.

Como representante ministerial exare manifestação fundamentada.

8ª QUESTÃO: (Valor: 1,0 ponto)

O município de Ribas do Rio Pardo ingressou com ação de indenização contra a construtora LDO, Amílcar Castro, José Juvêncio e espólio de Carlos Eduardo, objetivando obter a declaração de nulidade de procedimento licitatório e do contrato dele decorrente, bem como a condenação dos réus na restituição de quantias pagas, ou do valor superfaturado.

Com a propositura da ação, o representante do Ministério Público daquela comarca promoveu o arquivamento do inquérito civil que havia instaurado para apuração de lesão ao patrimônio público decorrente do aludido procedimento licitatório.

O Magistrado indeferiu a petição inicial, ao argumento de que o procedimento escolhido não correspondia à natureza da causa, extinguindo o processo, sem resolução de mérito.

O Promotor de Justiça apresentou apelação que não foi recebida, sob o fundamento de que era incabível a intervenção do Ministério Público. Manteve a decisão nos termos do disposto no caput do artigo 296 do CPC.

Responda fundamentadamente:

- a) O Ministério Público tem interesse e legitimidade para interposição da referida apelação?
- b) Em caso positivo, qual o meio processual adequado para solucionar a questão?

c) A sentença proferida contra o município-autor está sujeita ao duplo grau de jurisdição?

DIREITO CONSTITUCIONAL E DIREITO TRIBUTÁRIO

1ª QUESTÃO: A Constituição Federal distinguiu a forma pela qual os ocupantes de cargos ou empregos públicos são remunerados, denominando de *subsídio* a remuneração daqueles ocupantes de cargos relacionados no §4º do art. 39, e de *vencimentos* ou *remuneração* para os demais detentores de cargos, funções e empregos públicos, como exemplificam os incisos XI e XV do art. 37. **(3,0 pontos)**

a) Haveria equiparação dos direitos que compõem os subsídios, entre aqueles relacionados no §4º do art. 39, ou admitem-se distinções em função da natureza dos cargos que os vinculam ao Poder Público?

b) Pela norma contida no §3º do art. 39, pode-se afirmar que a Constituição Federal equiparou todos ocupantes de cargos, funções ou empregos públicos aos trabalhadores urbanos e rurais, estendendo-lhes os direitos sociais previstos no art. 7º? Responda segundo a natureza dos direitos assegurados pelos incisos IV, VII, VIII, IX, XII, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXII e XXX do mesmo artigo 7º.

c) Na mesma trilha, tais direitos sociais são igualmente assegurados ao membro de Poder, ao detentor de mandato eletivo, aos Ministros de Estado e aos Secretários Estaduais e Municipais, mesmo sendo remunerados por parcela única, em que é vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, ou haveria, neste caso, restrição na aplicação da regra do §3º do art. 39 da Constituição Federal?

2ª QUESTÃO: As receitas asseguradas aos Municípios pela Constituição Federal são indispensáveis para garantir a Autonomia Municipal, e consistem na soma das arrecadações de taxas; contribuições; aquelas obtidas em função do exercício da própria competência tributária prevista no art. 156. Além dessas, existem aquelas advindas das repartições de receita, garantidas pelos artigos 153, §5º, 158, 159, I, "b", §3º e §4º da CF. Tal garantia é

tamanha, que o art. 34, V, "b" admite a intervenção federal no Estado que deixar de entregar aos Municípios receitas tributárias fixadas na Constituição. **(2,0 pontos)**

a) Considerando que o direito à participação decorre do exercício da competência tributária de outra pessoa política, a quem compete à instituição do imposto a ser partilhado, como nos casos do art. 157, II e 158, II, III e IV, qual seria o marco inicial (aspecto temporal) do direito à participação? (apesar de o enunciado referir-se aos Municípios, esta resposta abrange igual direito que os Estados detêm pelo comando do art. 157, II).

b) Como conciliar o livre exercício da competência tributária da pessoa tributante com a autonomia daquele que participa na receita do tributo partilhado sem mitigar tais direitos?

3ª QUESTÃO: Tome-se a seguinte ocorrência hipotética: **(3,0 pontos)**

A Empresa Enérgica S.A. é a concessionária de energia elétrica de determinado Estado, promovendo sua distribuição e a comercialização. Um Município desse Estado, em função da outorga de competência prevista no art. 149-A da Constituição Federal, instituiu a contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública, valendo-se da permissão do parágrafo único do mesmo artigo para promover a arrecadação do tributo, por meio de convênio com a Empresa Enérgica S.A.

A energia elétrica a ser consumida pelo sistema de iluminação pública será adquirida pelo Município da própria Enérgica S.A.

Para efeito de tributação sobre o montante da energia elétrica vendida pela Empresa Enérgica para abastecer o sistema de iluminação pública, responda:

a) Qual tributo incidirá nesta operação?

b) Quem será o contribuinte ou sujeito passivo da hipótese?

c) Quem será o sujeito ativo do tributo devido?

d) O Município poderá arcar com o tributo eventualmente devido?

e) Da leitura de todo enunciado desta questão, indique qual(ais) a(s) relação(ões) jurídica(s) tributária(s) existente(s), considerando o Município, a Empresa Enérgica, o sujeito passivo da contribuição referida e outro(s) envolvido(s), acaso houver.

4ª QUESTÃO: As contribuições previstas no texto constitucional apresentam-se com finalidade específica, tendo sua arrecadação destino certo. É assim no art. 149-A (COSIP),

no art. 177, §, II, "a", "b" e "c" (CIDE), e no art. 195 (CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS). (2,0 pontos)

a) Considerando o nítido traço tributário de tais figuras, como interpretá-las diante do art. 4º, II e art. 5º do CTN? Responda enfrentada a questão da classificação das espécies tributárias.

b) Em consonância com a resposta do item "a" desta questão, as receitas dos institutos previstos nos artigos 149, §1º e 149-A integram o "somatório da receita tributária" previsto no caput do art. 29-A? Responda a partir da interpretação da própria Constituição Federal.

DIREITO PENAL

1ª QUESTÃO: Explique e exemplifique CRIME VAGO. (2 pontos)

2ª QUESTÃO: Considerando o fato ocorrido na noite de 13 de abril de 2005, durante uma partida de futebol entre o São Paulo F. C. e time argentino Quilmes, quando o jogador estrangeiro *Leandro Desábato* chamou o jogador são-paulino, apelidado por "Grafite", de "negro" e "negro de, merda"; à luz do Direito Penal brasileiro, capitule e justifique a tipicidade de conduta praticada pelo jogador argentino. (2 pontos)

3ª QUESTÃO: Como se resolve a suposta incidência no art. 129, § 3º c/c art. 14, II, ambos do Código Penal. Justifique. (2 pontos)

4ª QUESTÃO: Sendo a ameaça (art. 147, do Código Penal) crime comum, formal, comissivo e instantâneo, é possível a ocorrência da sua forma tentada (art. 14, II, do Código Penal)? Justifique. (2 pontos)

5ª QUESTÃO: Com base na ementa abaixo comente os fundamentos do julgado, concordando ou discordando da decisão ali proferida; justificando sua resposta. (2 pontos)

Mandado de Segurança

Impetrante - Amada Senhora dos Santos

Def. Públ. - Têmis Inocentia

Impetrado - Juiz de Direito da Vara de Execuções Penais

Outro - Caim Podosfredo (interno)

EMENTA - MANDADO DE SEGURANÇA - DIREITO DE VISITA AO PRESO ILEGITIMIDADE DE PARTE - IMPROPRIEDADE DA AÇÃO - EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

1ª QUESTÃO: Com base no julgado proferido pelo E. Supremo Tribunal Federal, no HC nº 82.959-7 - São Paulo, relator Min. MARCO AURÉLIO - conforme reprodução abaixo; explique qual a situação daqueles que se encontravam condenados em crimes hediondos, na época do julgado, e a situação daqueles que vieram a ser condenados após o mesmo, no que concerne à execução da pena. (3 pontos)

PENA - REGIME DE CUMPRIMENTO - PROGRESSÃO - RAZÃO DE SER.

A progressão no regime de cumprimento da pena, nas espécies fechado, semi-aberto e aberto, tem como razão maior a ressocialização do preso que, mais dia ou menos dia, voltará ao convívio social.

PENA - CRIMES HEDIONDOS - REGIME DE CUMPRIMENTO - PROGRESSÃO - ÓBICE - ARTIGO 2º, § 1º, DA LEI Nº 8.072/90 - INCONSTITUCIONALIDADE - EVOLUÇÃO JURISPRUDENCIAL.

Conflita com a garantia da individualização da pena - artigo 5º, inciso XLVI, da Constituição Federal - a imposição, mediante norma, do cumprimento da pena em regime integralmente fechado. Nova inteligência do princípio da individualização da pena, em evolução jurisprudencial, assentada a inconstitucionalidade do artigo 2º, § 1º, da Lei nº 8.072/90.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os ministros do Supremo Tribunal Federal, em sessão plenária, sob a presidência do ministro Nelson Jobim, na conformidade da ata do julgamento e das notas taquigráficas, por maioria, em deferir o pedido de habeas corpus e declarar, *incidenter tantum*, a inconstitucionalidade do § 1º do artigo 2º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, nos termos do voto do relator, vencidos os ministros Carlos Velloso, Joaquim Barbosa, Ellen Gracie, Celso de Mello e Nelson Jobim, Presidente. O Tribunal, por votação unânime, explicitou que a declaração incidental de inconstitucionalidade do preceito legal em questão não gerará conseqüências jurídicas com relação às penas já extintas nesta data, pois esta decisão plenária envolve, unicamente, o afastamento do óbice representado pela norma ora declarada inconstitucional, sem prejuízo da apreciação, caso a caso, pelo magistrado competente, dos demais requisitos pertinentes ao reconhecimento da possibilidade de progressão.

Brasília, 23 de fevereiro de 2006.

MARCO AURÉLIO - RELATOR

2ª QUESTÃO: Com base na pronúncia abaixo, transitada em julgado para todos os efeitos; na qualidade de Promotor de Justiça elabore o que entender cabível, nos termos do que dispõe o Código de Processo Penal. (3 pontos)

Estado de Mato Grosso do Sul

Poder Judiciário

Campo Grande – 10ª Vara do Tribunal do Júri

Réu: Astrogildo Campeiro e outro

Processo nº 000.01.00293800-0

Vistos, etc.

Cuida-se de processo-crime em que o Promotor de Justiça, Dr. Horácio Durão, denunciou ASTROGILDO CAMPEIRO e ESTRELA MORBUS, no art. 121, § 2º, inciso I, c.c. art. 14, inciso II, c.c. art. 29, todos do Código Penal, porque no dia 06 de janeiro de 2006, por volta das 18:10 h, no pátio do posto de venda de combustíveis denominado "Sem limite", situado na Avenida Costa e Silva, Bairro Vila Progresso, nesta Capital, o denunciado Astrogildo, com *animus necandi*, utilizando de uma arma de fogo, tipo revólver, calibre 38, efetuou vários disparos contra a vítima José Sortes, atingindo-a com três destes e ferindo-a gravemente, sendo que, por circunstâncias alheias ao seu querer, a vítima não veio a óbito, vez que socorrida pelo Corpo de Bombeiros.

Segundo consta, no dia dos fatos, a vítima estava realizando entrega de marmitas, quando, em certo instante, um veículo Fiat Uno, cor grafite, 4 portas, placa GYR 6624, de propriedade da denunciada Estrela, e conduzido pela mesma, parou no pátio do posto onde estava a vítima. Estrela permaneceu no interior do carro, enquanto Astrogildo foi ao encontro da vítima.

Consta ainda que, logo após, iniciou-se uma discussão, com trocas de empurrões entre os envolvidos, instante em que Astrogildo sacou do revólver que trazia consigo e efetuou vários disparos contra a vítima. Em seguida, Astrogildo retomou ao veículo, que o aguardava com as portas abertas e com o motor em funcionamento, fugindo do local, juntamente com Estrela.

Ainda de acordo com a peça acusatória, o delito ocorreu em razão de dívidas existentes entre a vítima e o autor, o que demonstra a torpeza do ato.

A denúncia foi recebida em 27 de março do corrente ano, fl. 90.

Citados por mandado, fl. 112, os acusados foram interrogados e nomearam como seu patrono o Dr. Antônio Causa Nobris, OAB/MS 50.000, fls. 113/118, o qual apresentou defesa prévia, às fls. 119/122, ocasião em que requereu fosse oficiado ao Detran para saber em nome de quem se encontra o veículo indicado na inicial, o que veio a ser deferido à fl. 160.

Foram inquiridas cinco testemunhas de acusação, a vítima José Sortes, o irmão da vítima Manoel Sortes Júnior, Jaques Galus dos Santos, Mara Maria Vilhas e Sócrates Silence, fls. 150/156.

Em resposta ao anteriormente oficiado, o Detran informou que o veículo apontado na peça acusatória está registrado no nome de Antônio Foros Nientes, no município de São João del Rey/MG (fl. 166).

Foram ouvidas testemunhas de defesa, Magnus Amicis e Ada Vicina (fls. 179/180).

Em alegações finais, o Promotor de Justiça, Dr. Horácio Durão, requereu a pronúncia nos termos da denúncia, fls. 182/186, enquanto a defesa pugnou pela impronúncia, ou então, a desclassificação para o crime de lesões corporais ou vias de fato, e, ainda, a revogação da prisão preventiva de Astrogildo, bem como a impronúncia de Estrela, fls. 189/195.

É o relatório.

A materialidade está provada no Laudo de Exame de Corpo de Delito - Lesão Corporal, relatando que José Sortes sofreu ofensa à sua integridade corporal ou à sua saúde, em virtude de "ação pérfuro-contundente", fls. 22/23.

Existem, ademais, indícios suficientes de autoria com relação a ambos os acusados.

Astrogildo confessou a prática do delito, ou seja, admitiu que efetivamente efetuou o disparo de arma de fogo contra José, o que foi afirmado também pela própria vítima, seu irmão Manoel e por Mara Maria, gerente do restaurante localizado no posto. Também Estrela assevera que foi Astrogildo que atirou na vítima, o que revela suficiência de indícios de autoria para este acusado.

Com relação a Estrela, da mesma forma estão presentes os indícios de autoria. Tanto o depoimento da vítima, como os das testemunhas de acusação Manoel e Mara Maria indicam que Estrela teve participação no delito, dirigindo o veículo em que fugiram. Assim, considerando que nessa fase processual vige o princípio do "in dubio pro societate", também esta acusada deve ser pronunciada, deixando a cargo dos Senhores Jurados a decisão de sua participação no delito.

Concernente à qualificadora, incorrem, por hora, quaisquer circunstâncias capazes de refutá-la cabalmente.

Com efeito, há indícios também que cometeu o fato mediante motivo torpe, eis que teria ocorrido em razão de dívidas existentes entre a vítima e o autor.

Posto isto, pronuncio Astrogildo Campeiro e Estrela Morbus, no art. 121, § 2º, inciso I, c.c. art. 14, inciso II, c.c. 29, todos do Código Penal.

Com relação ao pedido de revogação da prisão preventiva, o mesmo deve ser indeferido. Sob este ângulo, convém ressaltar que o acusado fora preso preventivamente em razão de ter efetuado ameaças à vítima José, tendo esse, inclusive, procurado o ilustre representante do Ministério Público para noticiar o ocorrido. Assim, comprovada a materialidade e os indícios de autoria, além do preenchimento do fundamento de conveniência da instrução criminal, indefiro o pedido de revogação de prisão preventiva.

P. R. I.

Campo Grande, 22 de setembro de 2006.

Marciano Sapiens - Juiz de Direito da 10ª Vara do Júri

3ª QUESTÃO: Considerando o texto extraído do caderno Cotidiano, do jornal FOLHA DE SÃO PAULO, do dia 11 de novembro de 2006 - a seguir transcrito - como se fosse o relatório final de um inquérito policial, apresente a peça processual que julgar conveniente, de forma a mais completa possível, nos termos do que dispõe o Código de Processo Penal. (4 pontos)

São Paulo, sábado, 11 de novembro de 2006

FOLHA DE S.Paulo cotidiano

Homem invade ônibus e, por 10 h, ameaça ex.

Cerca de 50 pessoas foram inicialmente mantidas reféns pelo desempregado, que ameaçava matar a ex-mulher e se suicidar.

Negociações foram iniciadas de forma improvisada, com a participação de parentes, de pastor e até de ex-pagodeiro; rodovia Dutra ficou parada.



Marcos Tristão/ Agência O Globo

Passageiro é retirado de ônibus seqüestrado por vigilante desempregado, que ameaçava assassinar ex-mulher e depois se matar.

SERGIO TORRES

MARIO HUGO MONKEN

TALITA FIGUEIREDO

DA SUCURSAL DO RIO

Inconformado pelo que chamou de traição da ex-mulher, Cristina Ribeiro, 36, o desempregado André Luiz Ribeiro da Silva, 35, a manteve sob a mira de um revólver das 8h às 18h20 de ontem, dentro de um ônibus. Cerca de 50 pessoas foram inicialmente mantidas reféns pelo homem, que ameaçava matá-la e suicidar-se. Ele se entregou à polícia após mais de dez horas de tensão. Ninguém ficou ferido gravemente. Cristina sofreu escoriações leves.

o caso chegou a parar a via Dutra (principal ligação entre Rio e São Paulo), nos dois sentidos. O ônibus da viação Tinguá fazia a linha 499 (Cabuçu, em Nova Iguaçu, à Central do Brasil, no centro do Rio). Ficou estacionado no acostamento do km 176, sentido Rio.

Vigilante sem emprego, André invadiu o ônibus lotado na localidade de Rosa dos Ventos, em Nova Iguaçu. Trazia a mulher agarrada pelos cabelos. Apontou o revólver para o motorista Flávio Teles de Menezes, mandou-o fechar a porta e prosseguir. Eram cerca de 8h.

No ônibus, dizem os reféns, André agredia a ex-mulher com tapas e socos no rosto. Aos gritos, acusava-a de traição. Eles se separaram há três meses.

Avisadas por pedestres e por passageiros com celular, a PM e a Polícia Rodoviária federal iniciaram a perseguição. Após 30 minutos, o ônibus parou em um engarrafamento e a polícia o cercou. O motorista abriu a porta e fugiu. Atrás dele, desceu um grupo de reféns. Duas mulheres que passavam mal haviam saltado pouco antes.

Para tirar o veículo do meio da Dutra, o cobrador do ônibus, Luiz Carlos Ferreira da Silva, a mando da PM, assumiu a direção. O ônibus parou menos de 1 km depois, escoltado por carros policiais e por uma carreta.

A negociação começou ali, às 8h30. Em troca de água, André aceitou liberar cinco reféns.

Às 13h, no local, o comandante-geral da PM, coronel Hudson de Aguiar, disse que o seqüestrador não dizia "coisa com coisa". "Ele já falou que está com dez, 15, 22 pessoas." O ônibus tinha cerca de 50 pessoas. Em três momentos reféns foram liberados.

Até a chegada de especialistas do Bope (Batalhão de Operações Especiais), cinco horas e meia após o início do seqüestro, as negociações vinham sendo conduzidas de forma improvisada, com a participação de parentes do seqüestrador, de um pastor evangélico e até do ex-pagodeiro Waginho.

Com o novo comando, todos foram afastados. Às 16h20, 15 reféns foram soltos e saíram pela janela. Ficaram André, Cristina e o cobrador. O caso foi resolvido duas horas depois. O primeiro a sair foi o cobrador. Depois, André se entregou. Cristina foi a última a sair.

Minutos antes, quem assistia ao Bope preparando-se para invadir o ônibus imaginou que poderia se repetir o episódio do ônibus 174. Um policial chegou à janela e apontou a arma. Não houve disparos. "Os policiais só entraram no ônibus depois que ele havia entregue a arma", disse Aguiar.

A arma foi entregue ao promotor Carlos Guilherme Santos Machado, que participou das negociações.

Segundo a polícia, André ficará preso e será indiciado sob acusação de seqüestro, lesão corporal e porte ilegal de arma. O advogado Flávio Fernandes, contratado pela família de André, afirma que ele não pode responder por seqüestro porque os reféns ficaram no ônibus mesmo depois de liberados.